



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL		
EVENTO: Ciclo de Debates	Nº: 1 355/12	DATA: 17/10/2012
INÍCIO: 14h57min	TÉRMINO: 17h41min	DURAÇÃO: 02h44min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h44min	PÁGINAS: 58	QUARTOS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SAMY ADGHIRNI - Chefe do escritório do jornal Folha de S.Paulo em Teerã, Irã.
MARCELO RECH - Analista internacional, especialista em defesa e editor do InfoRel.
SOCORRO GOMES - Presidente da Diretoria-Executiva do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz — CEBRAPAZ.

SUMÁRIO: Mesa 2 - O Brasil no Mundo: deveres e responsabilidades no Oriente Médio.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Boa tarde, senhoras e senhores.

Gostaria de dar continuidade ao nosso ciclo de debates que começou hoje pela manhã, com a presença na Mesa de representantes do Itamaraty e de personalidades que convidamos para tratar sobre o Oriente Médio.

A nossa segunda mesa hoje, nesta parte da tarde, que mantém inclusive o título do nosso diálogo e ciclo de debates, é a seguinte: *O Brasil no Mundo: deveres e responsabilidades no Oriente Médio*.

Lembro aos colegas de agora à tarde, caso algum deles não tenha estado aqui pela manhã, que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, por unanimidade, decidiu fazer este ciclo de debates acerca do Oriente Médio.

Gostaria de convidar para tomar assento à Mesa o Sr. Samy Adghirni, correspondente chefe do escritório da *Folha de S.Paulo* em Teerã, no Irã; o Sr. Marcelo Rech, analista internacional e especialista em defesa, editor do InfoRel; e a Sra. Socorro Gomes, Presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade dos Povos e Luta pela Paz.

Socorro já foi Deputada Federal nesta Casa por quatro mandatos. Aliás, eu aprendi a ser uma Parlamentar cada vez mais esforçada com a Socorro, que chegou aqui antes de mim. Muito obrigada, Socorro.

Queria só lembrar rapidamente trecho da nossa fala hoje pela manhã, tendo em vista que percebo pessoas novas no nosso plenário.

O Brasil, de forma muito especial, tem marcado a sua atuação no cenário internacional pela exultação à solução dos conflitos e à busca pela paz, pela amizade e pelo respeito às diversidades culturais, étnicas e religiosas que caracterizam as diferentes regiões do mundo.

Esses atributos o credenciam como interlocutor qualificado para atuar internacionalmente, em especial no Oriente Médio e adjacências. Percebo que este é o momento de o Brasil adensar as suas relações com os países daquela região. Essas nações podem tornar-se parceiras estratégicas, dado o grande potencial econômico e energético que apresentam, com um mercado consumidor em franca expansão, e ainda pelo apoio político que podem representar nos fóruns supranacionais.



Então, gostaria de agradecer aos senhores a presença, lembrando aqui o formato do nosso debate pela manhã.

Vamos passar a palavra para os expositores e depois passaremos a palavra para quem queira fazer perguntas ou comentários adicionais às personalidades e aos convidados aqui presentes. Em seguida, retornaremos a palavra aos palestrantes da Mesa para suas respostas e considerações finais.

Com a palavra então o nosso jornalista e amigo Samy.

O SR. SAMY ADGHIRNI - Boa tarde. Quero começar agradecendo à Comissão de Relações Exteriores o convite. Quero saudar as pessoas aqui presentes, diplomatas e representantes de embaixadas de vários países, muitas das quais conheço pessoalmente.

Quero dizer que é importante esse tipo de evento. Acho que a missão do jornalista não se limita à publicação do jornal. Eu acho que participar de eventos como este é algo importante para a sociedade como um todo.

Vou começar me apresentando rapidamente, falar um pouquinho do trabalho de correspondente no Irã. E eu acho que o mais interessante é abrir espaço no debate para perguntas. O mais interessante é deixar as pessoas livres para perguntarem o que quiserem.

Quero lembrar que eu não sou militante, não sou ativista, não sou político, não faço parte de nenhuma ONG, não tenho causa; sou apenas jornalista. E a minha contribuição como jornalista é a experiência *in loco*; é alguém que vive num país que está no epicentro do noticiário internacional, um país que está nessa posição há muito tempo e que, provavelmente, continuará nessa posição por muito mais tempo.

O que eu posso trazer para vocês é essa visão, esse olhar de quem está lá dentro, de quem vive no Irã. Não estou de passagem. Eu moro no Irã há praticamente um ano. Então, são essas coisas que eu acho que são as mais interessantes de ser compartilhadas com vocês.

Eu tenho 33 anos. Sou formado pela Universidade Stendhal, de Grenoble, na França. Trabalhei em vários veículos franceses. Voltei para o Brasil em 2002, fiquei 5 anos no *Correio Braziliense* cobrindo Itamaraty e fui contratado pela *Folha de S.*



Paulo no final de 2007. Passei 4 anos em São Paulo, viajando muito, e cobri muitos assuntos ligados ao Oriente Médio, fiz muitas viagens à região.

Essas viagens se intensificaram a partir de 2011, com as chamadas revoltas árabes. E o curioso é que, na verdade, eu estava em Trípoli, no final de 2011, na queda de Trípoli, quando recebi o *e-mail* da embaixada iraniana avisando que o meu visto tinha sido liberado, um pedido que havia sido feito em 2010, ou seja, um ano e meio antes. Finalmente havia sido aceito pelo governo iraniano o pedido da Folha para que fosse aberto um escritório em Teerã. Então, imediatamente larguei tudo na Líbia, voltei ao Brasil. Em algumas semanas eu tive de preparar tudo, cuidar das burocracias diversas, e me instalei no Irã.

Cheguei a Teerã no dia 2 dezembro de 2001, então vai fazer 1 ano. Sou um dos raros correspondentes estrangeiros no Irã. Há pouquíssimos, principalmente se a gente mencionar, digamos, quem faz um trabalho livre e independente.

Eu citaria aqui alguns colegas. A gente forma uma pequena comunidade muito unida, todo mundo se conhece. O Thomas Erbrink, do *New York Times*, o cara que está lá há mais tempo, está há 12 anos no Irã, fala farsi fluentemente; tem o pessoal do *Financial Times*, do *Los Angeles Times*, e de algumas poucas agências de notícias. Basicamente são esses os correspondentes da mídia impressa. A Reuters hoje está com o escritório fechado. A agência italiana está com só uma pessoa, a ANSA; a EFE também está só com um funcionário. As tevês são muito poucas. Então, é um privilégio poder acompanhar a realidade do Irã de dentro.

Eu acho que, enfim, o investimento do jornal foi para atender esse objetivo de acompanhar *in loco* a realidade iraniana, e isso contribuiu para um entendimento maior acerca desse país, que é, na verdade, a situação doméstica. A situação interna do Irã, no meu modo de ver, é muito mais importante, é muito mais urgente, pelo menos, do que tudo que se diz acerca dos problemas regionais.

Então, eu vou falar das três coisas mais importantes, dos maiores benefícios de ter um escritório em Teerã. Eu acho que, primeiro, é essencial afinar o olhar para o cenário político iraniano. Esses nomes que a gente menciona na imprensa brasileira, na imprensa mundial, de maneira geral, ninguém sabe quem é Ali Larijani, presidente do Parlamento iraniano. O próprio Presidente Mahmoud Ahmadinejad quem é? Ninguém sabe quem é. Enfim, qual é a trajetória? Qual é a história? Quais



são as alianças? O jogo de poder no Irã é muito mais complexo do que se imagina, alianças, rivalidades, interesses antagônicos. Você tem os clérigos, você tem os militares, você tem a turma do Presidente. Essa leitura ela só é possível quando se está lá acompanhando o dia a dia da cobertura.

O Parlamento iraniano também tem Comissão de Relações Exteriores; o parlamento iraniano também tem Comissão de Assuntos Econômicos; os diferentes Ministérios, as contradições entre Ministros — um diz uma coisa, outro diz outra.

Eu estive há duas semanas numa coletiva do Ahmadinejad, que foi impressionante, porque ele, enfim, jogou luz sobre todas as rivalidades políticas que estão acontecendo hoje em dia no Irã, forças antagônicas. E eu escrevi no blog a respeito e as pessoas ficaram surpresas porque as pessoas têm uma leitura...

O público em geral encara o governo do Irã como um bloco monolítico, uma coisa só. E muitas vezes jornais, revistas ou tevês fazem a notícia com o título “Irã adverte que...” alguma coisa. E aí você vai ler a nota e vê que o que eles estão chamando de Irã, na verdade, é um Deputado ligado a uma facção ligada a uma pessoa que, por sua vez, é oposta ao Presidente, oposta a tal clérigo ligado aos militares.

Então, só quem está lá consegue decifrar isso. Mas, enfim, ainda estou apanhando porque é muito complexo. É uma realidade muito diferente da nossa e ainda estou aprendendo, ainda estou afinando esse meu olhar.

O Thomas, do *New York Times*, que está lá há 12 anos, já tem uma leitura muito mais fina. É sempre muito bom conversar com ele, porque ele já sabe decifrar. E há um agravante nessa história: os iranianos falam muito em imagens, muito em metáforas, e às vezes temos que decodificar o que um disse. Então, isso também é um exercício difícil.

Eu estou aprendendo a língua farsi. É uma língua que é menos difícil do que eu imaginava, mas, ainda assim, tenho um longo caminho até poder acompanhar o discurso de alguma autoridade sem precisar de tradução.

Então, outra dimensão que eu acho que é fundamental para entender o Irã é a dimensão econômica. É um país de 75 milhões de habitantes, que ainda é considerado pelo Banco Mundial e pelo FMI uma das 20 maiores potências econômicas do mundo, um dos maiores produtores de petróleo, dos maiores



exportadores de petróleo. E é um fato que não pode ser negado: o Irã é uma potência econômica.

As sanções estão fazendo efeito. Isso é claro, isso é visível. De um ano para cá, eu vejo o derretimento da economia, isso é absolutamente inegável: a moeda num processo acelerado de desvalorização; o poder de compra das pessoas diminuindo; as pessoas muito insatisfeitas, mas a vida não para. A economia continua. Você tem um comércio muito vibrante e, como é uma economia que está cada vez mais sob pressão, cada vez mais fechada, então, é uma economia que tende a ter cada vez menos contato com o mundo externo. Isso significa o quê? Que há muito dinheiro dentro do país. É muito uma *cash economy*, muitas transações são em dinheiro vivo, dinheiro líquido, e é impressionante a quantidade de bancos que se tem em Teerã.

Todas as pessoas que foram me visitar ficaram impressionadas. Em uma mesma calçada, em qualquer lugar da cidade, você tem quatro, cinco, seis bancos. E você vê que esses bancos continuam funcionando, com muitas transações.

O Irã — uma coisa que as pessoas tendem a esquecer — tem uma indústria muito forte. O Irã produz carros, produz sucos de laranja, produz macarrão, produz petroquímicos e exporta muito. Você vai ao Iraque, há muito carro iraniano; no Afeganistão, muito carro iraniano; muitos negócios com o Paquistão; muitos negócios com a Turquia. Então, até por uma necessidade de sobrevivência, o Irã desenvolveu a sua produção industrial, e ela está passando por uma grande dificuldade — muitas demissões, etc. —, mas, enfim, eu acho que é precipitado decretar que a economia iraniana está à beira do colapso. Esse momento pode chegar, pode chegar em algum momento, mas, por enquanto a economia segue.

É impressionante a quantidade de riqueza que há numa cidade como Teerã. Nos bairros ao norte da cidade, você tem apartamento de 4 ou de 5 milhões de dólares, prédios de altíssimo luxo, *tríplex*, *lofts* sendo construídos. Se você vai se informar sobre os preços, não adianta, já vendeu tudo. A Porsche — isso é um dado interessante — vendeu mais carro no Irã do que em qualquer outro lugar no Oriente Médio nos últimos anos. Por causa das sanções, a loja da Porsche teve de fechar, mas os iranianos continuam comprando muito. Eles compram diretamente de Dubai. É mais caro, pagam 80% de imposto a mais, mas os negócios continuam.



Apesar das sanções, ainda há muitas empresas, europeias principalmente, atuando no Irã. Estamos falando de vários tipos de empresa. Existem as grandes, como Renault, Michelin, Danone, que têm fábricas, investimentos, e empresas menores. Conheço, por exemplo, um nórdico que fabrica material para a indústria de minério — o Irã possui indústria de minério — que ficou rico trabalhando no Irã. É casado com uma estrangeira. Mora muito bem, tem cem funcionários, todos iranianos. Ele está preocupado não porque os iranianos não têm mais dinheiro para pagar, mas porque está cada vez mais difícil fazer esse pagamento por causa das sanções que estão se consolidando cada vez mais, dificultando, os pagamentos.

Falei da política e da economia. O terceiro ponto, e talvez o mais interessante para um correspondente, pelo menos no meu caso, é a humanização do Irã. Ele tende a ser visto como o país de um governo complicado, autoritário; há sanções, declaração de fulano, aspa de beltrano, estatísticas. As pessoas esquecem que ali há pessoas, e quem são esses iranianos com seus dramas, alegrias, individuais e coletivas? É uma sociedade vibrante, muito interessante, atravessada por todo tipo de clivagem: pessoas muito liberais, muito modernas e, ao mesmo tempo, outras mais religiosas, mais conservadoras.

A diversidade da sociedade iraniana é uma das coisas mais fantásticas. Eu não fazia a menor ideia sobre a cena de arte contemporânea em Teerã. Estou muito impressionado com a quantidade de galerias, de museus, de artistas. Essa cena se desenvolve, tem uma vida econômica própria. Um monte de dinheiro gira nesse pequeno mundo.

A cultura iraniana é muito interessante, muito antiga. Chama muito atenção como os iranianos, independentemente de serem religiosos ou não, de serem politicamente mais liberais ou mais conservadores, são extremamente nacionalistas e ufanistas. Esse amor à nação, esse amor à pátria, às vezes, é engraçado para quem é estrangeiro, porque é uma paixão incondicional. A nação iraniana mora nos corações até dos que não gostam do governo etc.

Existe uma espécie de sentimento generalizado de que o Irã não tem o seu devido lugar no mundo. O Irã é uma grande nação, que tem milhares de anos, uma cultura muito sofisticada, muito antiga. Todos os iranianos gostam de enumerar as coisas que teriam surgido no Irã, e a lista é longa, desde xadrez até vinho, que teria



surgido na cidade de Shiraz, daí o nome da uva; sapatos seriam uma invenção iraniana, enfim, uma série de outras coisas — e isso transcende as clivagens; é um cimento da identidade nacional que é muito interessante, além do folclore iraniano. É o tipo de coisa que você só se dá conta quando tem uma oportunidade de passar um tempo no país.

Existem os regionalismos também. Da mesma maneira que, no Brasil, o gaúcho é diferente do mineiro, do baiano, do paraense, o Irã também tem suas realidades regionais, suas gastronomias locais, os estereótipos, as piadas de um com outro: o cara de tal região é assim, o de tal região é assado. Até a diversidade linguística é muito interessante. Quando houve o terremoto na região de Tabriz, na província do Azerbaijão ocidental, cheguei a uma região onde ninguém fala farsi. É impressionante. As pessoas falam azeri, uma espécie de dialeto turco. No sul, perto do Golfo Pérsico, as pessoas falam árabe. Perto da região do Sistão-Baluchistão, na fronteira com o Paquistão, tem gente que fala baluque. Todas essas nuances são invisíveis para a maioria das pessoas que não conhecem o Irã. Tudo que elas sabem do país é o que leem no noticiário.

O humor iraniano é muito refinado. Quanto mais vou me familiarizando com o idioma persa, mas consigo pegar as piadas. É bastante interessante como o país vai ficando mais familiar à medida que o meu conhecimento linguístico aumenta.

Enfim, essas eram algumas impressões sobre a maneira de trabalhar. Só para V.Exas. saberem, tenho uma microrredação e uma assistente que trabalha praticamente *full time* comigo, uma moça iraniana que começou como minha tradutora. Depois, consegui permissão do Governo para que ela se tornasse assistente. Isso significa que ela pode fazer pautas sem que eu esteja presente. Então, ela vai a coletivas. Às vezes, eu a mando fazer matéria no mercadão etc. É muito bom. Não só é útil, como indispensável. E eu tenho um orçamento para fotografia. Tenho duas ou três pessoas que tiram foto para mim, e assim gira o pequeno escritório da *Folha de S.Paulo* em Teerã.

Dois suportes principais: as matérias do papel, do jornal impresso, algumas delas são reproduzidas no *site*, e o *blog*. São propostas completamente diferentes. No jornal, papel, obviamente é o noticiário, as histórias mais consistentes. A proposta explícita do *blog* é falar daquilo que as pessoas não imaginavam ler sobre



o Irã. Às vezes, criticam-me dizendo que eu sou pró Irã. Outros dizem que sou anti Irã. Justamente quero chamar a atenção das pessoas para aspectos diferentes do Irã, que a cobertura do Irã não se limite à negociação nuclear, à discussão sobre a moeda, sobre o que Ahmadinejad disse ou não disse. Então, falo da etiqueta iraniana, o *taarof*, que é uma coisa engraçadíssima, dos regionalismos iranianos. Às vezes, entro numa temática mais política, mas sempre com um enfoque mais leve, mais original.

Queria terminar citando algumas matérias que só foram possíveis graças a essa autorização concedida pelo Governo do Irã para que eu tenha um escritório lá. Uma matéria foi feita no Estreito de Ormuz, por onde circulam 25% da produção mundial de petróleo, Golfo Pérsico, etc. O Thomaz, do *New York Times*, e eu fomos até lá. Enfim, foi incrível ver a quantidade de petroleiros parados no Estreito de Ormuz. As empresas de consultoria petroleira comentavam muito que o Irã não conseguia exportar petróleo porque os petroleiros estavam bloqueados no porto, porque eles não tinham mais o que exportar. Fomos até lá. Pegamos um barco de contrabandistas, dessas pessoas que fazem contrabando entre Dubai e o Irã, que é muito perto — e enxergamos as sanções, há quatro ou cinco meses. Foi impressionante ver dezenas e dezenas de petroleiros ali ancorados, parados, por falta de transação financeira.

Tive a sorte de visitar o reator nuclear de Teerã. Essa é uma pauta que eu jamais imaginei que pudesse ter autorização para fazer. Fiz uma matéria muito interessante também — digo interessante porque eu gostei de fazer — sobre os judeus iranianos. As pessoas esquecem que o Irã abriga a segunda maior comunidade de judeus no Oriente Médio depois de Israel. Enfim, foi muito interessante poder entrar nas sinagogas, acompanhar os cultos, falar com os rabinos e conversar com essas pessoas que são cidadãos iranianos de confissão judaica.

Em relação à matéria sobre os cientistas nucleares, quando o último cientista nuclear foi morto, Ahmadi Roshan, eu cheguei à cena da explosão rapidamente. Já haviam retirado o corpo, mas foi muito interessante ver aquilo: uma operação no centro de Teerã, em plena luz do dia, naquele trânsito infernal. A perfeição da execução dessa operação foi um negócio impressionante. Foi uma explosão muito



pequena, mas que atingiu seu objetivo. E o interessante é que eu também consegui fazer uma entrevista com as viúvas dos cientistas nucleares assassinados, mais uma vez também para humanizar um pouco, sem entrar no mérito de ser contra ou a favor, e dar nome e sobrenome às pessoas envolvidas naquela história.

Eu acho que um caso interessante que acompanhei também — e pude usar fontes locais para trazer um diferencial para a cobertura — foi o do famoso pastor condenado à morte, que acabou absolvido e já está com a família. O Brasil teve uma participação muito ativa, mas muito discreta. Isso é uma coisa que foi feita de maneira muito hábil pelo Governo brasileiro. E, estando em Teerã, enfim, a cobertura acabou ficando com uma riqueza maior de informação do que se eu simplesmente estivesse aqui.

Então, é isto: o Irã vai continuar sendo um país central no noticiário internacional. De uma maneira ou de outra, quase todos os assuntos globais passam pelo Irã, seja a economia, seja a questão do petróleo, sejam as negociações nucleares, seja a questão Síria.

Existem outros assuntos também fundamentais que passam pelo Irã, e que as pessoas não sabem. Por exemplo, em relação à luta mundial contra as drogas, o Irã tem uma política antidrogas que é elogiada pela ONU. Esse é um dos campos de cooperação do Irã com a ONU que é muito bem-sucedido. Como se sabe, o Irã faz fronteira com o Afeganistão, e o Afeganistão é o maior produtor mundial de ópio. O ópio pode ser fumado, pode ser, enfim, consumido também sob forma de heroína, entre outras. Esse ópio sai do Afeganistão, passa por algumas rotas para chegar até a Europa e os Estados Unidos, mas muito passa pelo Irã. E o Irã tem uma política não só de repressão, mas de prevenção, porque é um problema que atinge também a população iraniana, e o Irã tem uma política de substituição de tratamento que é muito bem-sucedida.

Outra área legal elogiada pela ONU é a questão dos refugiados. O Irã é o segundo país que mais recebe refugiados no mundo, também pela proximidade com o Afeganistão. Então, são praticamente 2 milhões de afegãos: metade deles em situação legal; metade deles em situação ilegal no Irã. Agora há pouco estive em Teerã o António Guterres, que é do Alto Comissário da ONU para os Refugiados.



Ele se reuniu com o Presidente para afinar esses mecanismos de amparo a essas populações.

Enfim, foi uma coisa geral, mas eu acho que o mais interessante é saber o que vocês estão interessados em descobrir acerca do trabalho de correspondente. Como eu disse, não sou comentarista, não sou analista, tampouco sou acadêmico, não tenho credenciais acadêmicas para falar a respeito de geopolítica do Oriente Médio. Obviamente eu me situo no assunto, mas estou aqui para falar como repórter. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Queria agradecer ao Samy. Depois nós vamos ter oportunidade de lhe fazer perguntas, de fazer acréscimos inclusive para reforçar a fala dele. O Samy falou, é claro, sobre o papel do correspondente internacional no Oriente Médio.

O Marcelo Rech, o nosso próximo convidado, é Analista Internacional e Especialista em Defesa, Editor do InfoRel, e vai falar sobre jornalismo de paz.

O SR. MARCELO RECH - Muito obrigado, Deputada. Obrigado pelo convite. Obrigado por todos estarem aqui.

Na parte da manhã, ouvimos os três expositores falando sobre conflito, guerra, tensões, e eu começaria a minha exposição com uma frase que eu acho é muito emblemática para tudo aquilo que estamos discutindo no dia de hoje, e não apenas agora: *“A primeira vítima, quando começa a guerra, é a verdade”*. Essa frase foi dita por um Senador dos Estados Unidos em 1876, e eu acredito que essa frase guarda uma relação muito direta com tudo o que estamos discutindo, principalmente nesta Mesa, quando se discute o papel nosso, de jornalistas, nesses conflitos.

Eu tive o privilégio este ano de estar em dois países completamente antagônicos. Eu estive no início do ano no Irã — estive lá também com o Samy — e estive mais recentemente no Oriente Médio, baseado em Israel, onde tive a oportunidade de conhecer os territórios palestinos ocupados, as fronteiras de Israel com a Síria, com o Egito, com o Líbano. Essas experiências me permitiram entender melhor o que acontece na região.

Eu acredito no que o Samy falou da humanização. Muitas vezes lemos nos jornais as coisas que acontecem e não nos damos conta de que aqueles números se referem a pessoas, pessoas que morreram em atentados, enfim. E quando você



está naquela região... Eu tive, principalmente em Israel, uma experiência mais concreta com o terrorismo porque, no início de agosto, eu estava na Tríplice Fronteira de Israel com Gaza e Egito, onde houve um atentado que vitimou 16 policiais egípcios. Eu estava exatamente a 200 metros de onde o atentado aconteceu. Eu tinha saído de um *kibutz*, onde havíamos almoçado, que também, 20 minutos depois de termos saído, recebeu um ataque de 20 foguetes. Então, realmente, Deus estava comigo naquele dia. Não tenho nenhuma dúvida disso.

O que me chamou atenção nesses dois episódios foi como as pessoas reagiram àquilo. Não é da cena nacional brasileira, principalmente, você ver uma situação dessas e tocar a vida normalmente. Israel é um país que se considera tão ameaçado, que essas coisas já são parte da cena nacional. Caças sobrevoam as praias, ou seja, há um nível de segurança enorme.

Mas, voltando ao Irã para depois chegar à última viagem, a experiência que eu tive no Irã, de 10 dias mais ou menos, foi uma experiência muito rica, porque nós jornalistas — e o Samy tem essa experiência mais concreta do que eu — somos muito pressionados pelas nossas chefias. Você trabalha no jornal, o seu chefe está aqui na redação e quer a matéria, ele não quer saber da dificuldade que você está enfrentando, mas você é quem está na ponta da linha, você é quem tem que fazer o seu trabalho, e isso é muito complicado.

Eu me preparei durante mais ou menos 2 meses para ir ao Irã. E quando digo que me preparei, foi no sentido de me despir de todos os preconceitos possíveis, porque o meu objetivo... E aí eu toco num tema sobre o que o Samy acabou de falar, essa coisa de você ser favorável ou não a alguém, a algum regime, legitimar ou não legitimar este ou aquele. Não é esse o nosso papel. O nosso papel é o de reportar o que está acontecendo. Quando eu falo de nos despir de todos os preconceitos, é no sentido de tentar ir lá e fazer um trabalho de alto nível, altamente profissional, que mostre aquela realidade.

E a realidade que eu vi no Irã é uma realidade que, para o jornalista, é muito complicada, é muito difícil. Eu disse, inclusive na chancelaria iraniana, que o Irã não se ajuda. O Irã tem um potencial, o Samy narrou aqui, muito grande, tem muita coisa boa. Ele tem uma população, eu diria, extremamente intelectualizada, extremamente inteligente, refinada, educada. Isso me chamou muito a atenção. O país tem um



potencial muito grande. É um país que vive sob sanções econômicas diretas ou indiretas, pelo menos desde a guerra com o Iraque, nos anos 80, mas que ainda assim conseguiu chegar a ser a potência regional que é. Só que eu acredito que ainda não se entendeu no Irã que há outra guerra que tem que ser travada no dia a dia, que não é uma guerra que envolve mísseis, canhões, bombardeios, é a guerra da comunicação. É preciso saber fazer comunicação. É preciso se comunicar. Se você não sabe se comunicar, nós podemos dizer assim: aquilo que não é comunicável não aconteceu. Se eu não sei, não aconteceu. *Grosso modo* seria mais ou menos isso.

Conseguí no Irã também, a duras penas, conhecer, por exemplo, o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Eu estive num instituto no Irã em que 60% dos doutores eram mulheres. Disso o Ocidente não sabe. Geralmente o que o Ocidente sabe é que a mulher, no Irã, não pode fazer nada.

Alguém falou aqui hoje de manhã que a mulher na Arábia Saudita não pode dirigir, não pode votar. Então, no Irã, eu vi muitas jovens trabalhando, e trabalhando em altos postos, em cargos importantes. Isso não é dito, isso não é trabalhado, e é muito difícil poder conversar com essas pessoas. Eu tive algumas oportunidades de conversar — obviamente estava com uma tradutora —, nas ruas de Teerã, com os iranianos comuns, e a grande maioria me disse que a política não importa para eles, eles não têm interesse na política.

Lembro que, quando fui para o Irã, li muitas matérias sobre o país, que mostravam ou pelo menos passavam mais ou menos a imagem de que o Presidente Ahmadinejad controlava o país de tal forma que ninguém respirava sem autorização dele. E o Irã que eu vi é um Irã completamente diferente. O Presidente tem o seu cargo, mas isso não acontece. As pessoas vivem, elas têm um dia a dia.

Nós jantamos à noite num restaurante que estava cheio, estava lotado. E era gente de todo o tipo: jovens, senhoras, famílias. Ou seja, quando você sai daqui imaginando um país sob sanções, um país que está na ponta da linha de ser atacado ou isso ou aquilo, o que você espera? Um país onde você não consegue sair na rua sem uma proteção, onde você não pode ir a qualquer lugar, e isso não existe.



Eu fiz um trabalho também de prospecção muito grande antes de ir ao Irã. Eu conversei praticamente com todos os diplomatas brasileiros que estão em Brasília ou que estavam naquele momento e que de alguma forma já estiveram ou estão em contato direto com o que é o Irã. A minha ideia é tentar entender. Infelizmente eu não consegui fazer o trabalho que eu queria fazer, porque há uma burocracia do regime que impede que você fale com as pessoas, que você vá aos lugares. Enfim... Isso dificulta muito o trabalho, e eu disse lá mesmo em Teerã que é onde eles não se ajudam, porque há um potencial para ser mostrado.

Tive recentemente a oportunidade de ir a Israel, onde fiquei durante 28 dias juntamente com um grupo de 25 jornalistas latino-americanos. Eu era o único brasileiro nesse grupo. E, aí, eu volto um pouquinho. Quando você vai a convite para algum lugar — pelo menos comigo é assim —, a primeira ideia que você tem é a de que vale a pena ir, é uma viagem internacional, você vai ter contato com outra cultura, só que eu não crio muita expectativa, porque você vai a convite de um Governo. Então, em regra, você vai falar com as pessoas com quem o Governo deixa você falar.

Em 2008, estive em Cuba, e foi essa a experiência que eu tive. Quer dizer, eu não falei com ninguém em Cuba com quem eu realmente queria falar. Todas as pessoas com quem eu falei foram as pessoas com quem me permitiram falar. É do jogo. Eu fui um pouco com essa expectativa. E me surpreendeu... E eu faço aqui outro parêntese. O politicamente correto é você falar mal de Israel. Isso é o politicamente correto. E aí volto e reforço o que o Samy também falou: não estamos aqui para legitimar ninguém, nem para defender A, B ou C, mas vamos falar da minha experiência pessoal, do que eu vivenciei lá.

A democracia em Israel dá um baile na democracia brasileira. É muito superior, em todos os sentidos. Por quê? Eles nos levaram para falar com os palestinos, nos territórios palestinos, e palestinos que disseram que tratam Israel como força de ocupação, de opressão. Tudo o que já lemos nos jornais, tudo o que já ouvimos as pessoas falarem, eu ouvi, mas nós não fomos lá por livre e espontânea vontade. Estava no programa, tínhamos que ter contato com eles, era preciso ter esse contato. Nós tivemos esse contato.



Foi muito rica também a experiência de visitar três cidades israelenses com três características muito interessantes, apesar de serem cidades muito próximas. Por exemplo, estivemos em uma cidade completamente laica, administrada dessa forma, numa cidade árabe israelense e numa cidade israelense ultraortodoxa.

Para quem conhece bem Brasília, estou falando de três cidades que estão entre a Asa Norte e a Asa Sul, um espaço muito pequeno. Mas três realidades completamente diferentes.

O Prefeito da cidade de Tirah, que é um israelense árabe, criticou o Governo de Israel o tempo inteiro. Disse que as cidades israelenses que não são árabes recebem mais dinheiro do que cidades que são árabes. Questão de política interna.

O rabino, que, pelo que eu entendi, é o Prefeito da cidade ultraortodoxa, já faz um discurso um pouco mais pesado em relação aos palestinos. E a cidade de Kfar Saba, que é cidade laica, é a cidade que diz que o conflito não interessa, que é preciso resolver isso de uma vez, que tem uma coisa que talvez as pessoas não tenham entendido ainda: Israel existe, os palestinos existem, vão ser vizinhos. Vamos sentar à mesa e resolver essa conta de uma vez. Quer dizer, todos os palestinos com quem eu tive contato em Belém, em Ramallah e na Cisjordânia falaram — nós estivemos, inclusive, com um Deputado palestino do Fatah — exatamente nessa linha. E outra coisa, houve muitas críticas também a eles palestinos. Esse Deputado, por exemplo, disse que não tinha condição de os palestinos discutirem um acordo de paz com Israel, porque eles não se entendiam entre eles. Primeiro, eles tinham que se entender. Era preciso que, primeiro, eles se entendessem sobre o conflito, para que, a partir desse entendimento, eles pudessem então sentar e cobrar de Israel uma posição diferente.

Estou traduzindo aqui aquilo que eu ouvi. Porque uma das coisas que, por exemplo, eu tinha muito claro quando embarquei para Israel, inclusive depois da experiência da Irã, é que o Oriente Médio não é para principiantes — e eu me considero um principiante total. Você entrar, por exemplo, no mérito de cada questão é muito complicado.

Agora, o tema que me toca aqui, jornalismo de paz, vai um pouco naquela linha, por exemplo, que o Samy não falou, mas eu, particularmente, considero



extremamente relevante: o fato de que ele é o único correspondente da América Latina no Irã e o primeiro na história do Brasil.

Hoje, quem estava aqui pela manhã deve se recordar da importância que se colocou aqui do ponto de vista do Itamaraty — Hussein colocou isso também — do papel que o Brasil joga ou que pode jogar na crise do Oriente Médio, e hoje o Brasil tem uma oportunidade de se informar também por um jornalista brasileiro. Ou seja, não estamos mais tão reféns das agências americanas ou europeias, que não necessariamente produzem um jornalismo, digamos assim, mais correto no meu ponto de vista.

Quer dizer, é difícil você imaginar que uma agência de notícias financiada por um governo europeu vá conseguir realmente fazer um trabalho totalmente independente. Eu acho que isso é muito relevante. A questão da humanização é muito importante, e o jornalista, na minha modestíssima opinião, quando vai para uma região dessas, deve sim se despir de todos os preconceitos, porque existe um histórico de ataques, existe um histórico de desproporcionalidade de ataques, existe tudo isso. Mas o fato concreto é o seguinte: ou vamos continuar alimentando isso para o resto da vida, ou sentamos e resolvemos.

Outra questão muito interessante que eu observei — é uma percepção muito pessoal — é que, na verdade, para muitos dos atores que estão no Oriente Médio, que lidam com o Oriente Médio, não há interesse numa solução para a crise, porque a própria crise é o ganha-pão de muita gente. Muita gente ganha a vida com essa crise: são as ONGs, são institutos, enfim, é de tudo.

Então, também há esse outro aspecto que só torna o trabalho do jornalista mais difícil, porque, na hora da crítica pesada, quem assina a matéria é que leva a pancada. Ninguém se preocupa em querer saber, por exemplo, em que condições você fez aquela matéria, em que condições você entrou naquele País, em que condições você está sendo tratado, que tipo de acesso você está tendo, se é que você está tendo algum acesso.

Então, isso tudo precisa também ser avaliado. E nós precisamos também — e aí eu falo muito mais à vontade, pois não trabalho para um grande jornal, para uma grande corporação — ter o respaldo da empresa para a qual a gente trabalha. É preciso ter esse respaldo. Quando você precisa ir a algum lugar fazer um trabalho,



você precisa ter a garantia de que vai conseguir fazer o seu trabalho. A responsabilidade é muito grande.

Eu fico imaginando, por exemplo, a quantidade de mensagens que o Samy não recebe pelas matérias que escreve. Cheguei à seguinte conclusão depois de 22 anos de profissão: se eu receber apenas elogios pelo que eu escrevo, é porque estou fazendo um trabalho muito porcaria, muito ruim, extremamente ruim; se eu receber na mesma proporção críticas e elogios, acho que já estou num caminho melhor. É desse equilíbrio que a gente precisa. Ninguém é dono da verdade, nem vê tudo, nem sente tudo, nem percebe tudo. É preciso que haja esse equilíbrio.

Muitas vezes, leitores me alertam para coisas que eu já estou observando. Mas é preciso compreender também — e aí eu encerro —, por exemplo, que o que eu faço e o que outro jornalista faz são recortes da realidade. E com esses recortes a opinião pública monta o seu conceito a respeito das questões.

Obviamente, existem jornalistas e jornalistas, e a gente paga por fazer isto e aquilo. Estou fazendo um paralelo, por exemplo, com aqueles que eu considero jornalistas sérios. Eu, por exemplo, muito particularmente, não me considero, de maneira nenhuma, um jornalista competente, mas eu não admito que a minha seriedade seja colocada em dúvida. Isso eu não admito. Porque eu não tenho preconceito de falar com quem quer que seja, desde que eu possa escrever aquilo que eu consegui perceber, dentro da minha limitação como pessoa, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, dentro da minha limitação como profissional.

Oriente Médio, para usar uma linguagem figurada, é terreno minado. Qualquer coisa que se escreva, por mais simples que seja, mexe com suscetibilidades. É tudo muito sensível. É muito difícil a nossa posição, sendo pilhados o tempo inteiro por uma chefia que muitas vezes está a 10 mil quilômetros de distância, numa sala confortável, e tendo que ficar com o celular no fronte, tomando foguete na cabeça. É difícil. Não é só pegar o jornal na hora, ler a matéria e dizer *“não gostei, o cara é um mau caráter”*. Isso é muito complicado.

A gente precisa ter um respaldo também da opinião pública. Eu acredito que os próprios meios de comunicação precisam se esforçar mais para produzir um jornalismo sério, um jornalismo de verdade. Eu, pessoalmente, se eu tenho respaldo para fazer esse jornalismo, eu vou fazer. O que não pode é acontecer o que



aconteceu comigo na última vez em que trabalhei num jornal — por isso eu saí, há 12 anos —, de eu escrever uma matéria, o meu editor mexer na matéria, e a matéria ser publicada com a minha assinatura, citando fontes de que eu nunca tinha ouvido falar e com as quais eu nunca tinha conversado. Isso não é possível. Mas esse problema existe. A gente precisa se esforçar para fazer um serviço melhor, e a opinião pública para entender um pouquinho a complexidade e a dificuldade do nosso trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Marcelo.

Antes de passar a palavra para a Socorro, eu gostaria de registrar a presença do Sr. Mohammad Ali Ghanezadeh, Embaixador da República Islâmica do Irã; do Prof. Legeum, representante da Federação das Entidades Palestinas do Brasil; do Sr. Eduardo Elias, Presidente da Federação das Entidades Árabes do Brasil; da Sra. Patrícia, ativista de direitos humanos e diretora de relacionamento da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro; da Sra. Milena, Embaixadora da Eslovênia; da Sra. Martha, Embaixadora da República do Chipre; do Sr. Bernhard, da Embaixada da Alemanha; e do Sr. Jorge Luiz Mendes, da Embaixada da República da Guiné-Bissau.

Estamos tentando ler os nomes daqueles que se mantêm à tarde. Pela manhã estavam aqui representantes de quase 50 embaixadas.

Com a palavra nossa companheira Socorro Gomes, representante do CEBRAPAZ.

A SRA. SOCORRO GOMES - Obrigada, Deputada Perpétua, pelo convite. Eu queria louvar esta iniciativa de um debate sobre os conflitos no Oriente Médio e a questão da paz. Isso nos interessa de perto, é uma iniciativa muito boa. E esta é uma Casa parlamentar, uma Casa democrática, portanto aqui estamos para debater ideias sobre determinados fatos, determinada conjuntura.

Eu queria falar mais sobre a perspectiva de uma entidade, de uma ONG, de uma organização não governamental, da sociedade civil, que tem o compromisso de prestar solidariedade e lutar pela paz. Essa organização foi fundada em 2004, justamente por ocasião da invasão do Iraque pelos Estados Unidos e pela OTAN.



Nós vivemos uma época em que a humanidade se sente muito insegura. Eu acho que uma marca da nossa época é a insegurança, e não é à toa. Nós observamos que os gastos com armamento são gigantescos. Se observamos o mundo, podemos dizer que a maioria dos países vive sob constante ameaça, pela chantagem das armas, a chantagem diplomática e a chantagem mesmo, as ameaças de invasão.

Para não ir buscar muito longe, em 2001 os Estados Unidos faziam uma lista de mais de 60 países, considerados o Eixo do Mal. Então essas ameaças não acontecem por acaso. O que está acontecendo hoje no Oriente Médio não é uma questão de agora.

É claro, as palavras são usadas de acordo com a conveniência do falante. O Eduardo Galeano, um uruguaio muito querido nosso, diz que as palavras têm alma, têm espírito. Portanto temos que ter responsabilidade com as palavras. Hoje são muito usados os termos democracia, direitos humanos, liberdade, meio ambiente, para tudo. Isso virou pretexto para invadir países.

Vou citar aqui a maior potência do planeta, os Estados Unidos da América, maior potência, incontestemente, do ponto de vista militar. Eu estava a falar pela manhã, porque não me contive, que os Estados Unidos controlam a OTAN, que é aquela máquina de matar, vamos dizer assim, que tem um orçamento de mais de 1 trilhão de dólares. Os Estados Unidos têm mais de 700 bases esparramadas pelos continentes, têm frotas da Marinha de Guerra em todos os mares e oceanos e controlam o espaço sideral com seus mísseis. A todo momento inventam uma arma mais moderna, como os drones. Outros falam das poeiras inteligentes... Enfim, desde aquela época os Estados Unidos disseram que iriam reformatar o Oriente Médio. Essa é uma determinação da política externa americana, que substituiu de há muito o diálogo pela imposição da força bruta. E nessa lista estavam o Iraque, o Irã, a Líbia, a Síria, Cuba, a Venezuela... O pretexto naquele momento era o de sempre: falta de democracia, de liberdade, meio ambiente...

Já na última cimeira, em Lisboa, a OTAN, quando da consolidação da sua nova concepção — é claro que se pensava, depois da Guerra Fria, que a OTAN iria desaparecer... O Pacto de Varsóvia desapareceu, não é? O que que aconteceu? Os Estados Unidos disseram que suas ameaças agora estavam no mundo inteiro, que



não sabiam de onde vinham. Então a OTAN não pôde mais ser uma organização restrita aos países do Atlântico Norte. Ela tem que ser para o mundo. E os pretextos, as ameaças que a Madeleine Albright preparou junto com a nata, vamos dizer, dos “neocons” estadunidenses e da OTAN, das potências europeias, etc., elas são diferentes. Hoje é ameaça à democracia, ameaça ao meio ambiente, *hackers*, o chamado terrorismo cibernético. Quem não recorda que os Estados Unidos acabam de promover um terrorismo cibernético, há poucos dias, acho que contra o próprio Irã? Ele mesmo veio a público e disse que estava preparado para isso.

Além disso, fala a OTAN no seu arcabouço, nessa nova concepção, em estresse no controle e no acesso às fontes energéticas. O estresse. Palavra estranha, não é? Ela está, vamos dizer assim, no alvo do ataque da OTAN. O estresse quer dizer, no meu entendimento, a resistência ao saque dos recursos naturais. E o Oriente Médio é rico em petróleo.

Evidentemente, aqui não estamos para negar a verdade. A humanidade, os povos travam luta pelo avanço, pelos direitos trabalhistas, por mais liberdade, por mais democracia, seja na Síria, no Irã, seja no Brasil, na Venezuela, nos Estados Unidos. É um direito e um dever travar esse bom combate, senão a humanidade não avança, fica estagnada. O que ocorre é que as lutas dos povos, as revoltas legítimas, foram usadas, no caso da Líbia e da Síria... Eu estive na Síria em abril deste ano, numa missão do Conselho Mundial da Paz. Ali foram usados mercenários pagos, isso sim, pelas potências da OTAN, pelos serviços de espionagem dos Estados Unidos, britânico, do Catar, etc., etc., para desestabilizar o Governo de Bashar al-Assad, para derrubá-lo. E para derrubá-lo porque isso já estava escrito, não é de agora. Os Estados Unidos estavam determinados. E utilizam também os conflitos e, vamos dizer, o reacionarismo daquelas potências do Golfo para criar esse tumulto.

Ao não poder derrubar Bashar al-Assad de primeira, de pronto, começam a importar mercenários. Aliás, os Estados Unidos criaram um novo exército, que é o exército de pistoleiros. No Brasil nós chamamos de pistoleiros os mercenários. São pagos para matar. Fazem o trabalho sujo. Nos Estados Unidos havia mais de 150 mil mercenários, que são soldados, vamos dizer, que matam, explodem bombas —



eles mesmos dizem —, e não é dada a baixa oficialmente, porque eles não são soldados do Exército.

Esses mercenários saíram do Iraque, foram para a Líbia e agora estão na Síria. E eles são milhares de milhares. O objetivo ali é justamente implodir, como disse o nosso jurista pela manhã, é derrubar, e não só a Síria. Por que a Síria? Exemplos de democracia? Quem dera o meu País fosse. Amo o meu Brasil, nós temos um excelente Governo, nós travamos uma luta para avançar, mas é muito difícil. E quem ataca? Estados Unidos e Israel, esta a grande ameaça, no meu entendimento, à paz no Oriente Médio, porque é uma potência nuclearizada, uma das maiores potências bélicas, não só do Oriente Médio, como do planeta. E o Estado, o Governo de Israel — nós não podemos culpar os judeus, não podemos culpar o povo de Israel —, os sionistas, eles são criminosos de guerra, cometem crimes contra a humanidade constantemente. Fizeram isso em Gaza, e até hoje não foram julgados. Nós defendemos o Estado de Israel? Sim, até porque ele está criado, o povo vive ali. Agora, a resolução que criou o Estado de Israel falava em dois Estados, o Estado de Israel e o Estado da Palestina. Mas só o Estado de Israel foi criado, imposto pela força bruta das armas, e hoje ele faz uma política de limpeza étnica.

Eu estive na Palestina, e, obrigada, fui também a Israel. Estive em Jerusalém. É terrível. O Estado... Vejam como para cada um a situação é uma. O que eu vi foi *checkpoint* e repressão o tempo inteiro, um terror, um Estado militarizado. Eu não posso chamar de democracia, nem de longe, o Estado que já subtraiu o território de um povo, de um povo que hoje tem 18% do que tinha originariamente. E tudo isso com terror, com assassinato em massa. Um Estado extremamente moderno, e com uma mídia dita independente — independente da verdade, porém dependente de quem lhe paga.

Essa mídia sempre demoniza aqueles que querem atacar, gente. Foi assim no Iraque. Quem não se recorda de Saddam Hussein? Não estou aqui para defender Saddam Hussein, mas esse era um problema interno, que o povo iraquiano iria resolver. Os problemas de cada povo, eu defendo, de forma intransigente, os princípios fundantes da ONU: a autodeterminação, a não ingerência, o princípio da soberania. Cada povo resolve os seus problemas. No entanto, na época da invasão



do Iraque, a mídia de Israel dizia que Saddam Hussein estava com a Al-Qaeda sob guarda, que tinha arma de destruição em massa. Não é isso? Eu me lembro de que o Secretário de Defesa foi ao Congresso norte-americano mostrar um vidrinho, que talvez tivesse pó de giz, mas que ele dizia que tinha antraz: *“Olhem o antraz que veio de Saddam!”* E criou um clima, demonizando Saddam Hussein. Acabaram invadindo o país, destruindo um povo, destruindo a infraestrutura, assassinando... Eu não estou aqui para defendê-lo, de forma nenhuma. Cometeu erros? Cometeu. Mas o que eles queriam ali era todo o controle do Oriente Médio, todo o controle.

E Israel, o Estado sionista... Eu digo Estado sionista porque ele utiliza a religião para manter o império e dominar e assassinar um povo que tem direito à sua terra, que avançou. Cria um colonato, militarizando, tirando dinheiro muitas vezes dos próprios israelenses, que denunciaram isso.

São centenas as resoluções da ONU que não se cumprem. E o Conselho de Segurança nada faz. Também é um impedimento à paz a manipulação, a instrumentalização da Organização das Nações Unidas. Na Líbia aconteceu o que aconteceu, e na Síria não porque está havendo o veto da Rússia e da China. Do contrário, já teriam feito o mesmo. Esses são, no nosso entendimento, grandes impedimentos para a paz.

E pensamos que, em que pesem esses conflitos, nós podemos e devemos travar a luta pela paz. O Brasil e outros povos têm um papel a jogar. O primeiro ponto nesse sentido é justamente respeitar os princípios da ONU, a Carta das Nações. Senão é a barbárie.

Os Estados Unidos já foram julgados, e chegaram a ser condenados em corte, vamos dizer... Não se conseguiu terminar por atos de terrorismo de Estado, contra a Nicarágua, depois de meados do século passado. E no Conselho e na Assembleia da ONU só Estados Unidos e Israel vetaram, os dois, porque são unha e carne. Israel defende os Estados Unidos, e os Estados Unidos defendem Israel porque precisam de um preposto na região. Foram os únicos.

No entanto, os Estados Unidos, que têm cometido, no meu entendimento, crimes e atos terroristas contra a humanidade, com aqueles aviões percorrendo... com a cumplicidade de muitos Governos da União Europeia, com torturados de forma impune, com bases militares esparramadas, os Estados Unidos que usurpam



território, inclusive no nosso continente latino-americano — Guantánamo, em Cuba —, que controlam, com poucas potências, a questão nuclear, eles utilizam como pretexto contra a República Islâmica do Irã justamente a questão nuclear. Vejam a esquizofrenia! E a grande mídia bate nisso o tempo inteiro, como se fora uma verdade, como se o Irã estivesse ameaçando com armas nucleares.

Bem, primeiro o próprio Irã diz, e até que provem o contrário está dizendo a verdade, que não tem armas. E tem declarado que quer a energia nuclear para fins pacíficos. No entanto é conhecido que Israel tem armas nucleares, é conhecido que os Estados Unidos têm armas nucleares. Aliás, foi o único país que as usou contra um povo. E não só as usou, como agora, na revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear, afirmou que tem o direito de utilizar armas nucleares quando se sentir — sentir, uma coisa subjetiva — ameaçado, ou seus amigos. Então ele tem as armas nucleares e diz que tem o direito de usá-las. Mas quem lhe deu esse direito?

É necessário que percorramos o caminho para a paz. E, no entendimento do CEBRAPAZ, primeiro é preciso respeitar a ONU. E mudar. Não pode, de forma nenhuma, o Conselho de Segurança ser instrumentalizado, como foi até pouco tempo atrás. E, quando não é, os Estados Unidos dizem que a ONU não vale mais nada, como no caso do Iraque, quando não foi dado o aval, não é?

Nesse sentido, para a paz é preciso que nós brasileiros travemos a luta para que existam os dois Estados: o que já existe, que é o Estado de Israel, e para que se garanta de imediato o Estado do povo da Palestina. Isso é um direito, uma questão de respeito ao Direito Internacional e também uma questão humanitária. Não podemos aceitar que, pelo genocídio, pela intolerância, pela força das armas, se subtraia esse Estado. Isso depõe contra a humanidade.

É preciso também que se retirem as tropas dos países ocupados. É preciso que o diálogo substitua a força bruta das armas e que se trave uma grande campanha pela eliminação de todas as armas nucleares de destruição em massa — nós travamos essa batalha integrando o Conselho Mundial da Paz —, a começar pelas grandes potências. São elas as mais armadas e as mais ameaçadoras. Deem o exemplo do contrário. Falam em democracia, em direitos civis, e assassinam milhares de civis; falam em democracia, e impõem a lei do terror ao mundo; falam



contra as armas nucleares, e continuam desenvolvendo-as, avançando, e dizendo que têm o direito de usá-las. Entende, Deputada Perpétua?

Então nós precisamos de critérios objetivos. Esses critérios objetivos foram construídos já na fundação da própria ONU. E são vários os tratados. Que sejam respeitados!

No caso da Síria, especificamente, não se trata de problemas, de conflitos internos ali, não. Ali estão agindo mercenários. O historiador brasileiro de muito renome Moniz Bandeira disse que ali não havia como, de forma nenhuma, os que eles chamam insurgentes, o chamado Exército Livre da Síria, se manterem até agora. O que dizem as grandes potências, a começar pela Hillary Clinton e pelo próprio Obama? Que o Governo de Bashar al-Assad deve parar de utilizar as armas. Ora, não podemos ser ingênuos. Os mercenários estão armados, explodindo pontes, escolas, hospitais. Eles dizem para uma parte: *“Parem de usar as armas”*. Imaginem um Chefe de Estado ameaçado por mercenários que vieram de outros países ficar de braços cruzados. Não, ambos têm que parar de usar as armas.

Por que as potências que estão financiando esses mercenários, esses assassinos de aluguel, não param de financiá-los? O plano de Kofi Annan era muito importante, mas eles não queriam que desse certo. O que querem ali é o caos, governos obedientes. Obedientes. O que eles querem é governos submissos aos Estados Unidos.

O grande pecado da Síria é ser um Governo que se insurge. Com todos os seus problemas, é independente. O grande problema do Irã é ser um Governo independente. Independente do imperialismo. Os problemas que têm eu não conheço. Que o povo iraniano os resolva, que o povo sírio os resolva.

Imaginem nós, no Brasil, com aquela chacina, Deputada Perpétua! Nas prisões de São Paulo, quantos mataram? Mais de cem. E na Candelária? Imaginem se a OTAN, com essa defesa dos chamados direitos humanos, diz que vai invadir o Brasil. Não seria por isso. Esse seria apenas o pretexto. A Amazônia: *“Vamos invadir o Brasil por causa do meio ambiente.”* Evidentemente que eles não ousam tal atitude.

Falam da Venezuela. Demonizaram tanto Hugo Chávez, para buscar uma coisa de que nós estamos aqui bem próximos, uma ditadura. O próprio Jimmy Carter



veio aqui e disse que não há processo mais avançado e democrático de eleições do que o da Venezuela.

É a política de demonizar. E a grande mídia joga um papel sórdido, um papel contra as liberdades, contra a verdade, contra a justiça. E muitas vezes uma imprensa séria, seriíssima! Eu acho que é muito séria e muito grave. Só que, na maioria das vezes, comete um pecado capital contra a verdade e contra a humanidade.

É isto.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Socorro.

Temos ainda seis pessoas inscritas. Se houver necessidade de um ou outro se inscrever, basta levantar a mão, para que a assessoria veja.

Serão 4 minutos para cada orador, com 1 minuto para a conclusão. Quem for falar já conte o tempo, porque é muito difícil eu ficar alertando daqui. Depois das falas nós retornaremos a palavra aos oradores da Mesa, para respostas e considerações finais.

Com a palavra o Prof. Hussein, que esteve na Mesa pela manhã e já usou seu tempo como um de nossos convidados.

O SR. HUSSEIN ALI KALOUT - Obrigado, Deputada.

Como eu havia comentado pela manhã, ser especialista em Médio Oriente é sempre muito bom, porque nunca falta confusão. (*Riso.*)

Depois de ouvir a apresentação dos três amigos, quero dizer que eu gostei muito do relato e da forma como o Samy descreveu a sua experiência no Irã. Eu queria lhe fazer uma pergunta, porque no próximo ano, se não me falha a memória, haverá eleições presidenciais no Irã. Como a *Folha* pretende acompanhar e de que forma se pode dizer que essas eleições vão ocorrer dentro da normalidade democrática? E mais: depois da sua experiência direta em Teerã, como avalia o papel da oposição iraniana?

Também gostei da narrativa do Marcelo. Eu gostei muito da parte em que ele se referiu à guerra de comunicação. Eu acho um fator muito importante essa abordagem. Eu daria dois exemplos muito claros, no campo dos direitos humanos,



sobre a guerra de comunicação. O mesmo problema que se passa na Arábia Saudita e no Irã é muito mais potencializado pela mídia quando é contra o Irã. Por exemplo, muito se fala dos direitos da mulher e da repressão aos direitos da mulher no Irã — muitas vezes de forma equivocada —, mas pouco se fala da repressão ao direito da mulher na Arábia Saudita. Eu queria que você abordasse mais essa conjuntura. E, na minha opinião, a situação da mulher da Arábia Saudita é muito pior, infinitamente pior, do que em qualquer outro país do Médio Oriente.

Quanto à análise de democracia em Israel, eu me permito discordar um pouco, sob uma ótica um pouco mais jurídica da coisa. Talvez o Estado de Israel possa ser, comparado aos países do Golfo, um Estado mais evoluído democraticamente — não tenha dúvida —, agora, dizer que o Estado de Israel é uma democracia mais representativa do que o Estado brasileiro, tenho sérias dúvidas a esse respeito, por uma razão muito simples: as detenções arbitrárias que ocorrem no Estado de Israel, as humilhações crônicas que ocorrem no território israelense cometidas pelas forças policiais, as detenções sem direito a julgamento que ocorrem no território não refletem a essência de um Estado Democrático de Direito. Além disso, se se avalia a Constituição brasileira, vê-se que todos nós temos os mesmos direitos, os mesmos deveres e as mesmas obrigações. No Estado de Israel, não. Lá há cidadãos de primeira e de segunda classe diante da Constituição israelense. Lá o direito não é equânime para todos os cidadãos. Nesse caso, perfura-se um dos pilares principais da democracia.

Eu queria apenas fazer a abordagem desse quesito. Acho que o Brasil, em termos democráticos, é ainda mais avançado do que o Estado de Israel. Mas não deixo de reconhecer que a democracia israelense é muito mais sólida do que a de qualquer outro país da região.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, professor.

Com a palavra o Mato Grosso.

O SR. MATO GROSSO - Eu queria aqui, Perpétua, fazer um convite para a Comissão e para as pessoas que estão aqui, se tiverem agenda. Do dia 28 de novembro até 1º de dezembro acontece em Porto Alegre o Fórum Social Mundial



Palestina Livre. Nossa expectativa é ter 10 mil pessoas, e nós gostaríamos que você, em particular, Presidente desta Comissão muito importante da Câmara, pudesse se fazer presente.

Outra coisa que eu queria dizer é que nós fundamos em São Paulo, a Federação Palestina, da qual eu participo, e as seis centrais sindicais, um comitê em apoio à criação do Estado da Palestina, composto de 80 entidades, das quais 28 são entidades nacionais. Fizemos uma manifestação no ano passado com 3 mil pessoas pelas ruas do centro de São Paulo. Começou na Praça Ramos, no Teatro Municipal, e terminou na Câmara. A Socorro estava na manifestação. Sobre a cobertura da mídia, posso dizer que *Folha*, *O Estado* e *O Globo* não noticiaram nenhuma linha disso no dia seguinte.

A Presidente do Brasil abriu a assembleia da ONU no ano passado defendendo o Estado da Palestina, e este ano voltou a defendê-lo. Ano passado, 80 entidades, das quais as 28 mais importantes nacionais, as 6 centrais sindicais, a UNE, a UBES, os partidos políticos, todos eram a favor do Estado da Palestina. Se havia uma unanimidade entre aquelas entidades, era essa. Pois a *Folha* não deu uma linha, nem uma linha.

Claro que o Samy não tem culpa disso. Você é empregado.

Eu não quero entrar aqui, Samy, em particular, sobre a sua ação como correspondente. Eu leio o que você escreve. E há também o Marcelo Ninio, lá em Jerusalém. Acho positivo a *Folha*... Mas é uma cobertura desequilibrada. Não há equilíbrio.

Reuniu-se esses dias aí a tal da SIP, que o Paulo Henrique Amorim chama de "SIG". É uma sociedade golpista. Elegeu um cara no Equador que ataca... Essa imprensa no Brasil, ou a imprensa mundial, que vende um produto, não dá para dizer que é livre, que é equilibrada. Não dá para dizer.

Acho que você faz um esforço. Você diz que é um repórter, que tenta. Mas, veja, é um repórter... Eu tive o prazer de conhecer o Bernard Cassen e o Ignacio Ramonet, editores do *Le Monde Diplomatique*. Muitas vezes estive com eles. Fui assinante do *Le Monde Diplomatique* muitos anos, da versão francesa — agora já existe no Brasil em português. Eles falam de jornalismo de mercado. Ou seja, não é



preciso pedir a esses jornalistas que saem da faculdade que escrevam o que o dono do jornal quer. Eles já fazem isso.

Eu leio todos os dias, desde 1973, portanto há quase 40 anos, a *Folha e O Estado*. Não existe alternativa neste País, não existe. Eu fico impressionado: como vocês são pró-Israel e antipalestinos. A cobertura é enviesada, completamente.

E aí, Marcelo, me espanta você falar que o Estado de Israel é um Estado democrático. Eu passei lá. Fiquei 3 horas para entrar e 3 horas para sair. Interrogatório, e tal. Fui a um congresso. Eu fui para a Palestina. Mas não existe Palestina no mapa, eu tinha que entrar por Israel, não havia jeito. Pedi: “*Não carimbem meu passaporte — do not stamp my passport, please*”. A mulher carimbou. Não entro em nenhum país árabe mais. Vou ter que tirar uma segunda via do passaporte. Qual é a democracia lá? Não sei se você viu a carteira de identidade de Israel. Ela tem todos os dados que a nossa tem, mais um campo que é inaceitável: religião. Meu amigo, bota “muçulmano” ali. Você acha que vai ser igual? Não, não dá. Cidadão de segunda classe. Há estudos da OIT que dizem que o palestino que mora em Israel, num lado de Israel — era tudo Palestina antes —, ganha um terço do que ganha o trabalhador israelense, sem falar que ele faz aquele trabalho que o israelense não faz.

Como eu só tenho 4 ou 5 minutos, tenho que ser muito rápido.

Irã. Onze agências de segurança e de inteligência dos Estados Unidos atestam que não há nenhuma possibilidade de o Irã fazer a bomba, e o Governo soberano do Irã diz que eles não querem fazer a bomba. Mas todo mundo diz que o Irã tem bomba. Eu fico impressionado. A mentira dita muitas vezes passa a ser uma verdade.

O ex-Presidente Mohamed ElBaradei, da Agência Internacional, não foi reeleito por quê? Porque disse que o Irã não tem bomba. Caiu. Não tem apoio dos Estados Unidos. Então é isso.

Para concluir, a Síria. A *Folha* chama o Bashar de ditador. Por que chamavam o Mubarak de Presidente?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MATO GROSSO - Nos últimos 12 meses. Eu leio a *Folha* há mais de 30 anos. Desculpe, meu amigo, você está errado. Não sei há quanto tempo você lê



a *Folha*, mas isso não é verdade. Sério. Você tem quantos anos? Eu tenho 56. É diferente. A *Folha* tem dois pesos e duas medidas.

Uma manchete da *Folha* me espantou. Sou da Sociologia da Comunicação, na universidade. Discute-se o conteúdo. Manchete da *Folha*: “*Bashar al-Assad mata 300 na Síria*”. Fiquei impressionado! Primeiro, ele matou, ele mesmo, com suas próprias mãos? Eu perguntaria aos meus alunos de Comunicação e de Jornalismo: foi ele? Primeiro, “ditador” Bashar. Mas por que ditador? Ele não é Presidente? Ou seja, ela entra num julgamento de mérito do mecanismo de como é eleito o Presidente da Síria. Nós não devemos fazer isso.

Então, com todo o respeito, a cobertura acho que não é equilibrada. *Folha*, *O Globo*, *O Estado*, no meu ponto de vista, fazem o jogo do sionismo internacional. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada.

Com a palavra a Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA TOLMASQUIM - Sou Patrícia Tolmasquim — sobrenome difícil. Eu queria agradecer o seu convite, Deputada Perpétua, para participar deste encontro, que está sendo muito interessante e ilustrativo.

Eu queria chamar todos à responsabilidade do que a gente veio fazer aqui: *Diálogos do Brasil no mundo: Deveres e responsabilidades do Brasil no Oriente Médio*. É importante que nós, ao entrarmos nas questões do Oriente Médio, não demonizemos nenhum dos lados, porque, quando demonizamos um dos lados, num processo de alienação, quando xingamos o outro de algo, ele já deixa de ser humano e passa a outra categoria, e essa outra categoria eu posso desrespeitar.

Então, como o Brasil pode participar e atuar de forma mais próxima das negociações de paz no Oriente Médio, especificamente entre Israel e Palestina, sem levar consigo toda uma série de preconceitos, de qualquer lado que seja? Essa é uma pergunta que fica aqui.

Samy Adghirni, eu gostei muito da sua explanação e queria que você falasse um pouco do cinema iraniano e dos Bahá'í. Eu acho que esses dois elementos ajudaram, de alguma forma, para além da mídia, a construir um Irã que não deixava ir assistir aos filmes iranianos para prestigiá-los, quase por militância, não pelo filme em si. Eram filmes belíssimos, mas, enfim... Então eu queria que você me falasse



um pouco disso e dos Bahá'í, que anualmente fazem manifestações e contam como eles são tratados, falam dos professores que estão presos no Irã, etc. Eu queria saber sobre esse tipo de realidade e sobre como isso caminha.

Para o Marcelo Rech, eu queria lembrar que a questão dos direitos humanos é muito nova na história da humanidade. Querer se identificar com a dor do outro e querer ajudar a minimizar ou a retirar essa dor é uma coisa muito nova no mundo. É nova inclusive entre nós. Nós, brasileiros, somos capazes de passar por pessoas jogadas na rua e não fazer nada, nem um mínimo discurso. Mas fazemos discurso para quem está longe. Para quem está perto é difícil. Estou dizendo isto porque eu sou militante de direitos humanos e trabalho com a questão da Chacina da Candelária, de todas as chacinas, em São Paulo a do Pinheirinho, etc.

Eu acho que isso de se identificar com a dor do outro, que é o que faz a quarta geração de direitos humanos, ou a terceira geração de direitos humanos — a quarta já vai se identificar com a questão planetária —, é recente e é difícil, ainda estamos exercitando.

Marcelo, gostei da sua explanação também, mas queria perguntar a você o que acha, dentro da sua modéstia — e você disse: *“Eu sou modesto nas minhas opiniões”* —, da questão do Estado de Israel. Quer dizer, você falou do Prefeito árabe-israelense, falou da cidade. Não sei qual é a cidade religiosa, se é Jerusalém...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PATRÍCIA - El'ad e Kfar Sava. E deu essas realidades todas.

Só que árabe-israelense é diferente de palestino. Então, queria saber o que você acha de o Estado de Israel aceitar que os drusos sirvam ao Exército e não aceitar que os palestinos sirvam ao Exército. Como é que ficaria essa questão, para além da questão dos territórios? Se você conseguiu falar com alguém, se entrevistou alguém. Qual é essa sensação?

Quer dizer, eu sou *Senior Educator* da Universidade Hebraica de Jerusalém e, no contato que tive lá, nenhum palestino queria jamais servir ao Exército israelense. Mas não é essa questão que estou falando. Estou falando de uma questão já de cidadania. Como é que ficaram essa questão na fronteira e essas dificuldades todas? Porque, automaticamente, o ganha-pão deles é cortado na hora



em que você tem um problema. Se você viu isso e como é que entende essa questão? Acho que ela é importante para pensarmos como é que o Brasil entra lá.

E vou dizer a você, Socorro, que sou judia, sou cidadã carioca — aliás, Mulher Cidadã Fluminense; ganhei esse título em 2012, pelo trabalho — e sou sionista. Sou uma sionista de esquerda, não sou torturadora, não faço parte do sionismo internacional, sou a favor do Estado de Israel e milito pelo Estado palestino. Acho que é uma causa sionista criar o Estado palestino. Porque os sionistas, quando sonharam o Estado de Israel, jamais sonharam um Estado de Israel único.

Eu gostaria que você conseguisse fazer uma análise mais fria. Entendo que você vá se expandindo, digamos assim, quando faz a sua análise, mas acho que falar de um sionismo internacional, essas coisas todas... Elas são anacrônicas. Acho que existe, sim, um Governo de Israel de direita, um governo que não deve ter o nosso apoio, um governo que deve ser combatido para que ele cumpra os direitos humanos. Acho que o Brasil poderia caminhar no sentido de Israel assinar todos os tratados de direitos humanos que Israel não assina.

Então, acho que há questões muito sérias que têm que ser tratadas, mas elas não podem ser tratadas desqualificando os israelenses, porque, se a ação foi feita por um israelense, não foi feita por sionistas, foi feita por cidadãos israelenses. Se eu transformo todo israelense em sionista internacional, estou desmerecendo e desqualificando o Estado de Israel. Então, acho que é uma questão importante de ser colocada para pensarmos e para avançarmos nesse caminho, porque temos mais coisas em comum do que diferenças.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Patrícia.

Está inscrito o Sr. César Henrique. Depois, o Sr. Brasil e a Sra. Mary Caetana.

Com a palavra o Sr. César.

O SR. CÉSAR HENRIQUE - Obrigado, Excelência.

Meu nome é César. Eu sou jornalista, mas tenho trabalhado com Relações Internacionais com o nosso Hussein Ali Kalout.



Queria fazer duas perguntas. Primeiro, queria concordar com Marcelo, num certo sentido, e falar que Israel é uma democracia que dá um baile no Brasil, pelo menos no sentido das comunicações, na pluralidade de vozes, na quantidade de jornais ou de mídias que existem no país, que são extremamente combativas ao próprio governo, algo que não se vê muito aqui. Talvez em termos sociopolíticos não seja tão assim. Você provavelmente conheceu a cidade de Nazaré e viu que lá existe uma cidade para os judeus e outra para os árabes. Talvez você identifique uma diferença lá que não permita dizer que é uma democracia tão plena ou maior que a do Brasil.

O que eu queria saber é por que, apesar das pautas que tratam das iniciativas de paz que existem em Israel, juntamente com palestinos, dezenas de organizações — e talvez a mais famosa seja a Gush Shalom — nunca viram na mídia brasileira. Você vai descobrir essas iniciativas — e são várias: há grupos de mulheres que levam palestinianas de Gaza para a Cisjordânia, para visitarem seus familiares; há o grupo das famílias enlutadas que perderam judeus e de palestinos que perderam seus filhos na guerra e que trabalham conjuntamente em prol de um discurso único, de paz; há grupos de professores israelenses que procuram ensinar a *Nakba*, a chamada diáspora palestina, de forma clandestina, porque o Governo acabou proibindo isso por alguns anos, desde que a extrema direita chegou ao Poder. Isso nunca é visto na mídia brasileira. Não é pauta esse tipo de iniciativa... Isso só chega ao Brasil ou pela *BBC*, ou se você ler o *Haaretz*, ou pelo Cinema israelense, que por acaso é algo que estudo, como qual você consegue ter uma série de pontos de vista que, pela mídia tradicional, dificilmente vai achar.

Parece-me que sempre procuram a picuinha ou o conflito em detrimento das iniciativas de paz, que são muitas. Você falou da cidade laica de Kfar Sava, mas Tel Aviv deve ser considerada uma cidade laica porque as manifestações por lá são muitas e são contundentes. Eles enfrentam a política, vão para a pancada e defendem o seu ponto de vista.

A segunda coisa que eu queria de você especificamente, Marcelo, é que explicasse exatamente o que é um jornalismo de paz. Vivemos num mundo em que a mídia tem assumido uma retórica cada vez mais virulenta. O estilo Rudolph Murdoch de fazer jornalismo dá muito pouco espaço para conciliação, para diálogo,



digamos assim, para a civilidade. Isso virou um nicho de TV pública; uma coisa que vai para a TV pública, para as TVs de ópera, a que ninguém assiste. O jornalismo tradicional — e infelizmente, no Brasil, vemos cada vez mais isso — é de virulência, é de ataque, é de desqualificação, é de assassinato de reputação, um termo que tem sido muito usado na academia. Infelizmente, no Brasil têm seguido essa linha. Por exemplo: quem acha que os ataques de Diogo Mainardi é alguma novidade é porque não conheceu a *Fox News* previamente. Não há nenhuma novidade nesse tipo de atitude.

Então, existe o jornalismo da paz? Ele é viável, ontologicamente, no contexto em que a grande mídia, não sei se por objetivos unicamente políticos ou comerciais, investe na virulência, investe muito mais nos ataques do que em conciliações? Esse jornalismo da paz tem algum espaço ou ele é uma coisa para a TV pública e para ONGs? Você vê alguma perspectiva nisso — real, concreta? Para que serve esse jornalismo da paz? É para promover o diálogo, para trazer as duas partes e tentar desarmar, tentar tirar os preconceitos, tentar tirar a desumanização? Porque o que vemos na mídia é o contrário: é você demonizar, é você colocar o sujeito na cruz e jogar pedra.

Então, o jornalismo da paz tem lugar neste mundo da mídia atual?

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Com a palavra o Sr. Brasil.

O SR. BRASIL - Boa tarde.

Conheço Samy há um bom tempo, desde que escrevia como jornalista, como comentarista, e admiro o seu trabalho desde que trabalhava no *Correio*. E procurava ler todos os seus trabalhos, que são sempre muito sérios e bastante isentos. Mesmo que tenha origem árabe, nunca vi no seu trabalho que procurasse pender para um lado ou para o outro, de maneira que não fosse correta e justa.

Enfim, fiz esse preâmbulo porque a pergunta que vou fazer não é sobre o que você expôs, mas sobre aquilo que você não falou, sobre a mídia, sobre a imprensa, não especificamente sobre a *Folha*, mas sobre a *Folha* inclusive. Sobre a *Folha*, *O Globo*, *Correio Braziliense*, a imprensa em geral, mesmo a imprensa internacional. Referente a vários assuntos, mas vou me referir somente ao assunto da Síria.



Desde que começou o assunto da Síria — a invasão, como chamei hoje de manhã —, quando o Presidente Bashar dava entrevistas a um jornal ou a uma televisão, vinha na primeira página ou na parte internacional uma chamada: “O ditador Bashar prestou tal declaração.” E citava duas linhas; depois, uma ou duas colunas — fontes desconhecidas, de um exército livre e democrático, de um observador, sei lá de quantos. Ou seja, inventaram um monte de entidades internacionais, com nomes absolutamente desconhecidos. Nem de jornais. Ou seja, inventaram, criaram entidades novas — não sei se fantasmas ou não —, e toda a imprensa... “Toda a imprensa”, não. E muito da mídia a que temos acesso passou a dar credibilidade a elas. Nunca, nunca vi a imprensa nacional citar a agência de notícias oficial do Governo da Síria.

Por exemplo: por menor que seja a credibilidade, você cita alguém que não conhece e diz que não tem como confirmar. Ou seja, acho uma ironia que o jornal escreva: “*Não temos confirmar aquilo*”. Então, por que escreve? Você dá duas ou três colunas para aquele assunto que não tem coragem de confirmar. E aquilo que é notícia, que é a entrevista de um presidente, que daria uma página inteira... Que você cite só as três linhas que achou merecidas. Mas por que você encobre? Não digo você, pessoal. Desculpe-me. Por isso fiz aquela referência à entidade, à mídia. Não estou identificando nenhum jornal, porque todos são iguais ou parecidos.

A minha pergunta é: por que essa unanimidade de comportamento na mídia brasileira e, talvez, na internacional?

Era só isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Sr. Brasil.

Tem a palavra a Sra. Mary Caetana.

A SRA. MARY CAETANA - Obrigada, Deputada Perpétua Almeida.

A minha fala antecede um pouco as falas dos integrantes da Mesa porque eu queria comentar algo que Patrícia disse e que me fez pensar, que é justamente o título deste nosso encontro de hoje: *Diálogos Brasil no Mundo: deveres e responsabilidades*.



Quando cheguei, Samy estava terminando a sua fala e Marcelo, começando. E havia aquele *link* sobre o papel de reportar o que está acontecendo. O jornalista como sendo a pessoa que nos traz as informações, para que possamos fazer os nossos julgamentos individuais e, a partir desses julgamentos, engajarmo-nos nesse diálogo. E Marcelo, logo na sequência, falou sobre a humanização da notícia.

Sou da Comunidade *Bahá'í* do Brasil. Muitos de vocês — inclusive, Patrícia também mencionou — conhecem a situação dos *bahá'í* no Irã e sabem que é uma comunidade religiosa que sofre perseguição religiosa por parte do Governo iraniano. Mas não é o Governo iraniano atual. É uma situação que vem desde o surgimento da Fé *Bahá'í*. Não é uma questão de presidente ou de líder supremo, é uma questão realmente muito mais densa que faz com que essas cidadãs e esses cidadãos iranianos não possam contribuir com a sociedade iraniana porque eles são privados de educação, privados de trabalho, privados de moradia, têm os seus lugares sagrados execrados, e uma série de outras situações.

E estava pensando, enquanto Marcelo falava dessa humanização da notícia... Em alguns momentos, quando trazemos a questão *bahá'í* para a mídia brasileira, as primeiras perguntas que vêm são estas: “*Quantos morreram?*” *Quantos estão presos?*” Quando, na verdade, o que precisamos pensar é se é um grupo que está sofrendo determinada opressão, determinada violência, seja em qualquer parte do mundo. Qual é a nossa relação, enquanto povo brasileiro, enquanto jornalistas brasileiros, enquanto Governo brasileiro, na defesa desse povo?

E aí tenho que discordar um pouquinho do que disse a Socorro: que cada povo tem que resolver os seus próprios problemas. Mas nós temos esta dimensão hoje: de que somos um grande país, o planeta Terra. Somos cidadãos deste planeta e temos responsabilidades compartilhadas para o bem-estar da humanidade como um todo. Não podemos ficar alheios a essa situação. Não podemos ficar alheios à situação das mulheres, não podemos ficar alheios à situação do sofrimento palestino também. Todas essas questões precisam dessa função dos jornalistas, dos correspondentes de mídia, que nos trazem as informações para que possamos chegar às nossas conclusões, e os governos também possam chegar às suas conclusões e fazer o seu papel no âmbito internacional.



Ainda dialogando com Socorro. Você falou bastante, Socorro, sobre a questão do papel das Nações Unidas — Patrícia também reforçou isso — e sobre a questão da politização de várias esferas das Nações Unidas, em especial do Conselho de Segurança. É fato. Estudos e mais estudos vêm comprovando, ao longo dos anos, que existe, sim, politização e que existe, sim, seletivização. Porém, os países se juntam, então, para criar um novo mecanismo, um mecanismo de revisão periódica universal, dentro de um Conselho de Direitos Humanos, que tem os seus membros eleitos para períodos determinados — e são países que podem ser reeleitos para fazer parte desse Conselho — e que passa, periodicamente, por uma revisão dos seus pares. Então, mesmo que sejam os Estados Unidos ou o Brasil, como já aconteceu, esses países vão passar por esse mecanismo de revisão periódica universal. E, durante esse mecanismo, os países aceitam determinadas recomendações que outros países apresentam.

O Irã é um dos países que passou por essa revisão periódica universal do Conselho das Nações Unidas, há cerca de 3 anos — acho que já será no ano que vem a próxima edição dessa revisão —, aceitou determinadas recomendações, e, infelizmente, até hoje não vemos nenhuma implementação.

Assim como outros países também. O Brasil também passou pela revisão periódica universal recentemente. E nós também estamos cobrando do Governo brasileiro as ações para a implementação dessas recomendações, que foram aceitas pelo Estado brasileiro.

Então, a minha pergunta — e ela é geral para a Mesa — é justamente neste sentido: qual é o papel do jornalismo, então, no sentido de trazer a informação sobre esses mecanismos que acontecem no âmbito internacional, para que nós possamos, enquanto sociedade brasileira, não ficar alheios à situação, ao que ocorre no Irã, ao que ocorre em Guantánamo? Ao que ocorre em qualquer parte do mundo. Porque vivemos num mundo globalizado.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Mary.

Vamos retomar as concessões de palavras aos integrantes da nossa Mesa. O jornalista, que seria o primeiro a falar, não está presente. Então, vamos passar a palavra ao segundo, que é Marcelo Rech. Está preparado?



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Vamos combinar o seguinte: terão 10 minutos os integrantes da Mesa para responder às perguntas e fazer suas considerações finais. Caso haja necessidade, e um ou outro que falou primeiro quiser retomar a palavra, vamos abrir essa possibilidade. O.k.?

Com a palavra o Sr. Samy Adghirni.

O SR. SAMY ADGHIRNI - Bom, vários temas interessantes, polêmicos, levantados ao longo dessas perguntas todas. Vamos pela ordem cronológica.

Primeiro, Hussein perguntou sobre o processo eleitoral do Irã. A eleição está marcada para 14 de junho. Eleição muito interessante, que já está criando muita atenção no cenário político iraniano, atualmente. O Ahmadinejad, em fim de mandato, no final do seu segundo mandato, não pode, por lei, candidatar-se a um terceiro mandato.

E o curioso é que estamos a 9 meses da eleição — e sou muito ruim para fazer contas, mas deve ser algo assim —, e até agora não há candidato declarado. Há muita especulação. Quem conhece o Oriente Médio sabe que é uma região muito propícia para tudo quanto é tipo de rumor. Enfim, muitos cenários sempre são discutidos. Na verdade, o voto de 14 de junho é o ponto culminante de um processo que já está em andamento.

E você perguntou a respeito da cobertura. Aí é que faz toda a diferença ter um correspondente lá. Porque o que acontece, muitas vezes, numa eleição? E não só no Irã, mas em qualquer outro lugar. Vai um enviado especial, chega 3 dias antes da eleição e vai embora no dia seguinte. E a cobertura acaba sendo muito pobre na maioria das vezes. É assim: participação, abstenção, apuração e acabou. Aí faz um personagem lá, faz o perfil do vencedor e do perdedor. É o feijão com arroz.

O legal é estar no Irã agora, para ver como essas forças políticas estão se consolidando, como o fator econômico que eu mencionei aqui... E sempre defendi — sempre defendi — que o mais importante é o que acontece dentro do país, não o que acontece fora do país; como o governo está lidando com a situação econômica.

E temos que entender que a palavra “governo”, no Irã, tem um sentido muito específico. Quando falamos “governo”, nós nos referimos ao Presidente e aos seus Ministros. E há outros centros de poder que nem sempre têm um diálogo muito fluido



com o que se chama de governo. Então, no Irã, quando se pergunta “*você é contra ou a favor do governo?*”, a pessoa geralmente pede a você que especifique a sua pergunta: “*Você está perguntando se eu sou a favor do sistema da República Islâmica? Você está perguntando se eu sou a favor do Líder Supremo. Você está perguntando se eu sou a favor do Presidente?*”

Então, essa agitação política e econômica terá, certamente... E já começou a apresentar alguns sinais de distúrbio social. Devemos ficar atentos. Até na questão moral há várias divergências. Por exemplo: Ahmadinejad, na sua última grande coletiva, essa que mencionei há pouco, questionou a pertinência de insistir... Ele basicamente disse assim: “*Puxa, com todos os problemas que a gente tem, será que é tão importante assim, hoje, colocar em cada esquina uma viatura da polícia moral para pedir às mulheres que cubram o cabelo direito? Será que isso é tão importante assim?*” E esse questionamento está partindo do Presidente da República. Então, é interessante observar esse tipo de coisa.

Apesar de não haver candidato já declarado, alguns personagens estão se movimentando e que, aparentemente, podem se candidatar. São três. O Prefeito de Teerã é um deles, o Mohammed Qalibaf. É um homem muito respeitado, muito elogiado pelos moradores de Teerã. E Teerã é uma cidade gigantesca, de 12 milhões de habitantes, mas, apesar de tudo, é uma cidade bastante funcional, é uma cidade limpa, é uma cidade organizada. Ele trouxe inovações como o corredor de ônibus, o transporte público subsidiado. A cidade é muito verde, tem muitos parques. E ele tem essa imagem de cara que trabalha. Ele tem uma bagagem militar: teve uma participação importante na Guerra Irã-Iraque, mas é um homem pragmático. Dizem que ele administraria o país como uma empresa.

O outro é Ali Larijani, o Presidente do Parlamento. É um homem tido como conservador. É um cara com uma bagagem intelectual muito sólida: é filósofo, jurista e fala inglês muito bem. Viajou muito, foi negociador do Irã e tem uma relação muito boa com o Líder Supremo. É um dos homens da alta confiança do Líder.

E a outra opção é Rafsanjani, que já foi Presidente, antes de Khatami, e é tido como conservador, mas como um conservador pragmático. Rafsanjani, além de ser um político importante, é membro de um dos conselhos que administram o Irã. O Irã não é só o Líder Supremo e o Presidente. Existem vários conselhos: o Conselho que



escolhe o Líder Supremo; o Conselho dos Guardiães da Revolução. São uma espécie de governo colegiado. E ele ocupa um cargo importante. É considerado também o homem mais rico do Irã. Então, também traria uma pegada mais pragmática.

Oposição: a definição da palavra “oposição” varia, em função do período, no Irã. (*Riso.*)

Desde que foi implementado o sistema de República Islâmica, havia uma clivagem tradicional: conservadores e reformistas. Depois da eleição de 2009, que foi um terremoto político e social no Irã... E até hoje as pessoas falam. Tanto as pessoas que apoiaram Ahmadinejad quanto as pessoas que foram às ruas se manifestar dizem que aquilo foi um divisor de águas, algo que machucou a nação. Foi um período muito difícil. E, desde então, o cenário político iraniano mudou bastante.

Existe a oposição, mas o termo “oposição” mudou. Hoje, como vocês sabem, os chamados reformistas Mehdi Karroubi e Mir Hossein Mousavi estão em regime de prisão domiciliar e não podem participar da vida política.

Nas eleições legislativas que aconteceram em março, alguns dos candidatos não tiveram a oportunidade de concorrer, porque também existe um conselho que determina se os candidatos são aptos a concorrer ou não. E outros, por decisão própria, decidiram boicotar as eleições.

Então, o fato é que hoje essa corrente que se convém chamar de reformistas está praticamente ausente da vida política.

Agora, as rixas são tão ou mais pesadas do que antes dentro das fileiras conservadoras, digamos, da ala à direita. Então, essas três pessoas que eu mencionei — Qalibaf, Larijani e Rafsanjani — podem ter o rótulo de direita no cenário político iraniano, mas cada um com uma agenda muito diferente, com alianças muito diferentes, com propostas muito diferentes.

Então, é mais ou menos isso. Eu estou focado nessa cobertura. Talvez a *Folha* mande algum reforço quando chegar mais perto da eleição. Mas, enfim, está consumindo muito do meu tempo, muito da minha energia, e é um assunto abrangente: economia, sociedade, essas questões morais todas.



Em relação ao que foi colocado aqui sobre o suposto viés da cobertura da *Folha*, eu não posso falar pelos outros jornais, mas posso falar em nome da *Folha de S.Paulo* e posso garantir a vocês que ela é, provavelmente, hoje, o veículo mais aberto a opiniões distintas no Brasil. Nós publicamos na página 3 todo e qualquer tipo de opinião. Isso vale para qualquer assunto: assuntos domésticos e assuntos internacionais. O pessoal da Embaixada do Irã, que está aqui presente, sabe que tem um espaço disponível ali. E podemos observar a quantidade de colaborações do Embaixador Ghanezadeg e do Embaixador anterior, Shaterzadeh, a quantidade de vezes que eles publicaram na página 3, que eles deram entrevista à *Folha de S.Paulo*. O mesmo pode se dizer do pessoal da Embaixada de Israel: sabe que tem livre acesso ao jornal e que o jornal sempre estará atento a todos os tipos de opinião.

É curioso que a *Folha* seja chamada de “pró-Israel”, “antipalestina” porque isso não é o que eu vejo no meu dia a dia. Eu tenho um *blog*, ou seja, um espaço por definição menos formal, um espaço que permite uma interação entre o autor e o leitor, e vou dizer que um terço das mensagens que recebo são impublisháveis — e eu publico muita coisa. Algumas pessoas me dizem: “*Puxa, Samy! Que falta de amor-próprio. Você publica esses comentários em que as pessoas te detonam, em que as pessoas te xingam*”. É porque vocês não sabem do que eu não publico. A esmagadora maioria das pessoas me acusam de receber dinheiro do Governo iraniano, que me acusam de fazer o jogo dos petistas, dos “*petralhas*”, etc., etc.

O mesmo ocorre com a *Folha de S.Paulo*. Eu sei que existe gente muito crítica à *Folha de S.Paulo* pelo simples fato de ter um correspondente no Irã. Existem pessoas mobilizadas, coordenadas, que dizem que o fato de ter um correspondente no Irã é uma forma de legitimar o Governo do Irã. Obviamente, as pessoas que dizem isso são as pessoas que não gostam do Governo do Irã, mas essa crítica tem que ser feita aos outros veículos que também têm correspondentes lá. E duvido que se possa dizer que o *The New York Times* seja um jornal pró-Irã.

Há outras críticas à *Folha* também, mas eu vou defender aqui alguns pontos específicos. Por exemplo: a *Folha*, quando houve a Declaração de Teerã, em 2010, e o Presidente Lula foi lá — e faço o mea-culpa aqui —, foi um dos jornais que disse: “*O Lula vai perder seu tempo, não vai conseguir nada, vai lá cair na conversa de*



todo mundo e vai voltar sem nada". E Lula conseguiu o acordo; Lula conseguiu um acordo histórico: o Acordo Brasil-Turquia-Irã, um acordo que acabou depois torpedeado pelo Conselho de Segurança da ONU, por alguns países — na verdade, por todos os países, inclusive pela Rússia. A Rússia, "na hora do vamos ver", se opôs a esse acordo.

O que a *Folha* fez em relação a esse acordo? A *Folha* fez um editorial, dizendo exatamente isto: "*Olha, a gente bate no Governo, a gente não gosta da política externa de Lula por isso e por aquilo — as razões todo mundo conhece —, mas a gente tem que reconhecer que esse acordo foi um golaço, foi muito legal.*" Está lá. É só procurar no Arquivo da *Folha de S.Paulo*.

A *Folha* é muito criticada porque não chama o Hamas e o Hezbollah de terroristas. Então, recebemos todos os dias *e-mails* de leitores que dizem: "*Por que a Folha se alia ao terrorismo internacional? A Folha não enxerga o óbvio, não enxerga que o Hamas é uma organização terrorista, que o Hezbollah é uma organização terrorista*".

Então, esses conceitos — ditador, terrorista... Você sempre vai ser o terrorista de alguém, você sempre vai ser o ditador de alguém. A *BBC* simplesmente não usa a palavra "terrorista". Para ninguém, nem para a Al-Qaeda. Não usa a palavra "terrorista". A *Folha* usa só para a Al-Qaeda a palavra "terrorista".

Então, nós jornalistas da *Folha* temos o *Manual de Redação* — que pode ser criticado; eu sei que muita gente critica, etc., etc. —, que diz: "*O funcionário da casa tem que fazer o esforço constante e permanente de dar a oportunidade de se expressar a todos os lados, em qualquer situação.*" Em qualquer situação. E eu desafio vocês a mostrarem qualquer outro veículo brasileiro mais empenhado nesse esforço do que a *Folha de S.Paulo*, nessa diversidade de opiniões que são emitidas na *Folha*.

Aliás, eu já citei aqui o *Espaço Aberto*, tanto para artigos quanto para entrevistas, mas no caso da Síria, que foi mencionado, existe um agravante: os sírios não são muito bons em relações públicas.

Vou citar um episódio que não saiu na imprensa, não saiu no meu *blog*, não saiu no jornal porque, enfim, era um assunto interno, mas acho que é o caso de citá-lo aqui. Aconteceu em Teerã, há pouco tempo, a Cúpula dos Não-Alinhados, um



evento enorme: 120 países; o Brasil estava lá, como observador. E estava lá também a delegação síria: o Chanceler Walid al-Mouallem e o Vice-Chanceler. Essas pessoas são inacessíveis, essas pessoas não falam com a imprensa. Elas nos rotulam: *“Ah! Você é da imprensa pró-terrorista. Eu não vou falar com você.”*

E houve até uma situação constrangedora: eu cheguei, num determinado momento, para o Vice-Chanceler da Síria, que todo mundo sabe que é um homem muito influente, muito próximo do Presidente Assad, e me apresentei: *“Olá, eu sou jornalista brasileiro. Estou aqui. Sou credenciado pelo Governo iraniano. Eu queria conversar por 2 minutinhos. Pode?”* E ele, com um inglês perfeito: *“Brasileiro, de que jornal?”* Eu falei: *“Da Folha de S.Paulo”*. Comecei a apresentar a *Folha*, e ele já me cortou: *“Eu conheço muito bem o seu jornal. O seu jornal é pró-terrorista. É isso, isso e aquilo. Eu não vou falar com você.”*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SAMY ADGHIRNI - Eu falei: *“Mas, Ministro, eu estou dando a oportunidade aqui de abrir o microfone. É uma entrevista — pergunta-resposta —, num clima cordial.”* Ele não quis e chegou ao ponto de dizer: *“Eu gostaria que você se retirasse agora da minha frente, por favor.”* Bom, não vou brincar com isso. *(Risos.)*

Semanas antes disso eu fui à Embaixada da Síria em Teerã para pedir um visto: *“Olha, as pessoas estão entrando pela fronteira, de forma clandestina. Eu estou pedindo aqui um visto. Eu quero ir à Síria legalmente. Eu quero um visto de entrada. Vocês vão saber de tudo: vou estar em tal hotel. Quero conversar com o pessoal da ONU, quero conversar com o Governo sírio.”* Não saiu o visto e não vai sair. Então, esse é um problema sério também.

O Embaixador da Síria sabe também que tem o *Espaço Aberto da Folha*. Quantas vezes ele deu entrevista para a minha amiga Isabel Fleck? Ele sabe que, se quiser, podemos prever para ele publicar um artigo na página 3. E nos outros veículos brasileiros não é assim. Não há essa facilidade de contato.

Enfim, fechando esse capítulo — e talvez eu tenha esquecido alguma coisa desse aspecto da diversidade —, eu acho que a *Folha* se esforça mais do que os outros. O problema é que, no Oriente Médio, as sensibilidades estão sempre à flor da pele. Pelo simples fato de eu estar aqui falando, as pessoas estão com o radar a



mil procurem detalhes na minha fala que possam reforçar tal e tal tese: “Ah! Ele é favor disso. Ah! Ele é a favor daquilo.” Então, é um assunto que deixa as pessoas históricas, intelectualmente históricas. É muito difícil tratar desses temas com serenidade, com honestidade intelectual, com calma. Por mais que nos esforcemos, sempre vamos desagradar uns e outros. O que me satisfaz é ver que desagradamos todo mundo. Então, alguma coisa estamos fazendo direito, porque o jornalista não está aí para agradar ninguém.

Vou passar para o tema seguinte: Cinema e *bahá'ís*. Bom, são dois assuntos bem diferentes. Eu acho que o Cinema iraniano, mesmo não sendo ligado ao Governo, acaba sendo algo muito positivo para o país, para as pessoas, para os iranianos, para a sociedade iraniana, para a cultura iraniana, por também ajudar a humanizar aquele país. Como eu disse aqui no início da minha fala, as pessoas leem a respeito do Irã o mesmo de sempre: negociações nucleares, declarações oficiais e estatísticas. O Cinema ajuda a veicular outra imagem: são famílias, crianças, homens, mulheres.

Um exemplo: o filme *A Separação*, tão falado no ano passado, foi filmado no Irã. Foi filmado com a autorização do Governo iraniano. E só com muita má vontade as pessoas não vão enxergar que ali há uma crítica clara ao sistema de funcionamento do Irã. E esse filme, em virtude das leis de financiamento do Cinema no Irã etc., o Governo soube, do início ao fim, que estavam fazendo esse filme. Ele passou, foi para o cinema e foi um sucesso mundial, e as pessoas do mundo inteiro se comoveram, porque viram que, no fundo, as tristezas, as dores das pessoas são sempre as mesmas.

Em relação aos *bahá'í* — porque já falei demais aqui —, de fato, há um problema em relação a eles. Sabemos disso. O Irã, por um lado, orgulha-se muito da sua tolerância em relação à comunidade judaica local e à comunidade cristã, principalmente aos armênios. Há igrejas, há sinagogas. Todo mundo sabe onde elas estão. E uma coisa interessante é que os judeus e os cristãos são os únicos que podem consumir vinho. O vinho é expressamente proibido no Irã, a bebida alcoólica. E eles, no âmbito privado, no âmbito de seus rituais religiosos, podem consumi-lo. Mas, de fato, há um incômodo em relação à Comunidade *Bahá'í*.



Eu continuo sem entender, não sei qual a raiz disso. Sinto que há uma espécie de deslegitimação da Fé *Bahá'í*, por ser uma fé recente, por ter templo em alguns lugares sagrados de Israel. Há um incômodo. E eu realmente não sei o que está por trás disso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, Sr. Samy.

Com a palavra o Sr. Marcelo.

O SR. MARCELO RECH - Bom, respondendo à primeira questão de Hussein, a questão da guerra de comunicação, eu vejo de maneira bem clara que não fui competente o suficiente para explicar o meu conceito de democracia, da questão de Israel. Obviamente, o tempo que passei em Israel não me permitiu fazer uma análise do sistema democrático de Israel. Não estive em todas as cidades, não vi todos os poderes. A referência que faço é em relação ao meu trabalho. Ao meu trabalho. Ou seja, não fui impedido de falar com ninguém com quem queria falar, de ir a lugar nenhum. Inclusive a Gaza. Se quisesse, eu poderia ter ido a Gaza. Não fui impedido em momento nenhum. Conversei com palestinos tanto em Jerusalém quanto nos territórios ocupados.

Então, quero deixar isso bem claro. Não se trata de se discutir aqui representatividade. Eu não tenho nem meio por cento de conhecimento para discutir isso. Eu falo em relação ao meu trabalho, onde já estive e onde posso atestar a facilidade ou não de se poder trabalhar. Então, isso tem que ficar bem claro.

Inclusive, na própria Chancelaria israelense conversamos com o Vice-Ministro de Israel, com o Vice-Ministro de Relações Exteriores, e com vários chefes de departamento. E um dos principais negociadores do Gabinete do Primeiro-Ministro de Israel disse, textualmente: *“Onde eu trabalho está cheio de extremistas.”* Na comparação que eu quis fazer com o Brasil, você vai falar com um Ministro brasileiro, você vai falar com o Secretário-Executivo de um Ministério, esse nível de conversa dificilmente você tem, a não ser — abro aqui este parêntese — que a conversa seja em *off*. Aí todo mundo critica todo mundo. Aí todo mundo fala o que bem entende, desde que você conserve o *off*.

Eu estou falando nesse sentido, no sentido das conversas que a gente teve em *on*, podendo publicar, podendo citar o nome da pessoa, a sua declaração, o seu cargo. Então, é nesse sentido. Apenas nesse sentido.



A questão do equilíbrio da cobertura. O senhor falou aqui do Fórum Social Mundial Palestina Livre. Eu estava em Tel Aviv quando publiquei — de Tel Aviv — uma notícia, no meu *site*, sobre esse evento, que foi precedido por um grande evento aqui em Brasília — correto? —, que reuniu muita gente, do Brasil inteiro. Foi uma espécie de encontro preparatório para o Fórum, que vai ser em Porto Alegre. Estava em Israel quando publiquei isso. E pedi, naquele momento, às pessoas que estavam organizando o Fórum Social Palestina Livre que me mantivessem informado a respeito. Tinha interesse de falar com as pessoas, tinha interesse de explorar o assunto. Até momentos antes de vir para cá, ninguém me respondeu.

Então, esse é outro problema. Às vezes, você discute quem é o opressor, quem é o oprimido etc., etc. E eu só posso discutir aquilo que tem a ver com o meu trabalho. Eu preciso da informação. Se você não dá a informação, eu vou procurar essa informação com outra pessoa.

A questão é que, como Samy lembrou muito bem, já se parte do pressuposto de que eu sou pago por algum governo, de que eu sou agente de algum governo, de que eu sou agente de algum interesse para me sonegarem a informação. *O.k.* Se você me sonega a informação, eu vou tentar consegui-la por outros meios e faço o meu trabalho.

Poderia ser um trabalho muito melhor. Essa é a ressalva que eu faço. Poderia ser muito mais completo, poderia ter uma declaração de quem está organizando o evento, da importância desse evento, do que vai ser feito depois. Enfim, tudo isso poderia ser feito.

Saiu uma declaração final desse encontro aqui em Brasília, que foi preparatório para o encontro de Porto Alegre. Eu pedi esse documento para publicar na íntegra. Nunca o recebi. Nunca. Então, isso tem que ficar também muito claro.

Quanto às negociações de passe, o Brasil pode participar desse processo, digamos, sem preconceito e tal. Como Samy lembrou, é uma região muito sensível, os temas são muito sensíveis, está todo mundo com os nervos à flor da pele. É muito difícil.

Eu acredito no seguinte: o Brasil tem a responsabilidade — e isso é o que estamos discutindo aqui — de, chamando os atores envolvidos na questão, conversar de maneira séria e não admitir preconceitos. O Brasil tem uma posição,



salvo engano — talvez por minha ignorância, mas, salvo engano —, muito clara em relação ao conflito entre Israel e Palestina. É a decisão por dois Estados.

A Deputada Perpétua lembrou muito bem, na abertura deste evento, que, em 1947, a Resolução da ONU não foi aprovada para a criação de Israel, mas, sim, para a criação do Estado de Israel e do Estado da Palestina. Ponto. Contra fatos não há argumentos. O Brasil tem essa posição, que é histórica; não mudou nos Governos de Fernando Henrique, do Presidente Lula e da Presidente Dilma. Não é uma questão ideológica. Isso está muito claro. Agora, tenho percebido...

Volto a dizer: é percepção. Os meus interlocutores no Governo brasileiro, empresas também, como o Tiago falou aqui hoje... Muitas empresas estão preocupadas em saber como o Brasil age lá, porque querem investir, querem saber como fazer as coisas.

A minha percepção é de que o Brasil não vai mudar essa posição; é de que o Brasil quer, se sente capaz para ser protagonista de um acordo de paz sem recuar um milímetro disso.

Quando eu estava lá em Israel, a nossa Ministra na ONU, Maria Luiza Viotti, nossa embaixadora nas Nações Unidas, fez um pronunciamento em que ela considerou os assentamentos de Israel ilegais, e isso eu pude explorar lá com eles. Por mais que doa a eles falar disso, por mais contrários que sejam, eles falam. Essa é a diferença que, talvez, não esteja pegando aí direitinho.

Com relação ao exército de Israel... Eu estive, inclusive, com um soldado brasileiro. Foi uma pauta muito interessante, porque eu soube que no exército de Israel havia gente de vários países, colombianos, argentinos, brasileiros. E a discussão ali, naquele momento, era se os religiosos teriam que servir às forças armadas de Israel. Essa era a discussão. Os religiosos não querem. Eles querem tempo para oração etc. e tal. Eles não querem servir ao exército. Então, essa é uma discussão também muito sensível lá.

No que se refere a palestinos servindo ao exército de Israel, eu não tenho nenhuma informação sobre isso. Mas sobre os árabes israelenses, o que eu consegui, conversando com as pessoas, é que eles não serviriam ao exército de Israel porque, em um eventual futuro conflito com seus irmãos árabes, seriam irmãos matando irmãos. A explicação que eu tive é mais ou menos essa.



Sobre a pauta sobre a paz, que você me perguntou por que elas não viram matérias. Porque só coisa ruim vende, não é? Empresa jornalística é uma empresa comercial também. Quer dizer, é preciso começar a mudar a cultura.

O senhor falou da faculdade de jornalismo. Eu lembro muito bem que, quando eu cursava a faculdade de jornalismo, um professor entrou na sala com a revista *Veja* e disse: “*Nós precisamos discutir a Veja.*” Um aluno levantou e disse: “*Professor, eu não quero discutir a Veja. Eu quero trabalhar na Veja.*” Então, isso dá bem a dinâmica do que estamos formando: rostinho bonitinho para a tevê e gente que quer trabalhar em jornal para ficar famoso, virar celebridade.

Eu não sei se isso mudou, mas, quando eu fiz o curso, Ética não era matéria obrigatória. Eu fiz duas cadeiras de Ética, mas não era obrigatório. Então, isso eu acho que dá um pouco a dimensão de como as coisas estão.

Agora, por exemplo, eu também explorei uma pauta lá em Israel, que pouca gente sabe, mas há duas regiões entre a Autoridade Palestina e Israel, na região de Jenin e Gilboa. O que aconteceu? Os dois governadores, um palestino e um israelense, decidiram sentar-se à mesa, à margem de seus governos, e fecharam um acordo que permitiu o turismo naquela região. Existem igrejas nos dois lados. Então, é um pacote que envolve quatro dias. Você fica dois dias em um lado e dois dias no outro. Enfim, em resumo, isso aumentou em 14% o emprego para israelenses, do seu lado, e quase 80% para os palestinos. Aí, você fala com as pessoas que moram ali, e elas dizem: “*Eu não quero saber o que Tel Aviv, Jerusalém ou o Hamas, sei lá, estão pensando. Eu quero saber o seguinte: isso aqui me trouxe algo concreto. Isso aqui me trouxe emprego, isso aqui me trouxe perspectiva.*” Então, isso tinha que ser mais explorado. Agora, pasmem: o governador de Jenin, que é o lado palestino, Musa Qadura, foi assassinado por um extremista palestino simplesmente porque fez isso. Ou seja, como disse na minha fala anterior, tem gente que mina qualquer iniciativa de paz porque não interessa ter paz. Não sejamos ingênuos.

O sexto ponto: jornalismo de paz, o que é? Em resumo, busca a humanização de todos os atores; é proativo; busca prevenir antes que a guerra e a violência saiam na frente; se concentra nos efeitos invisíveis da violência como, por exemplo, o trauma, a reputação, o dano à infraestrutura, à cultura, enquanto o jornalismo de



guerra se concentra basicamente em quem atirou a primeira pedra — e carrega bastante nas tintas para falar disso.

O sétimo ponto que eu coloquei aqui, e o último, é o papel dos meios de comunicação na informação, das questões da ONU e essa coisa toda.

A responsabilidade é muito grande, é muito grande, mas passa por um processo necessário lá na formação do jornalista. Infelizmente, nós tivemos, principalmente aqui no Brasil, mudanças que fazem com que hoje, por exemplo, um jornalista especializado, com muita rodagem, com experiência de campo, está sendo preterido por meia dúzia de garotos que estão saindo da universidade. Por quê? Porque para cada um deles você paga, sei lá, um salário mínimo e estamos resolvidos.

Esse rapaz está indo cobrir uma conferência da ONU, e muitas vezes não tem... Sabe aquele cara que cobriu, na quarta-feira à noite, uma partida da segunda divisão do futebol e no dia seguinte está cobrindo uma cúpula de paz? Então, isso afeta o trabalho. É óbvio que afeta o trabalho.

Como mudar isso? A empresa muda? Não acredito. Quem muda isso é a opinião pública.

Por exemplo, na minha casa eu tenho tevê a cabo, mas há 200 canais que eu não assisto. Eles estão lá, eu não censuro, deixa fazer, mas na minha casa entra aquilo que eu acho que tem que entrar.

Você lê o jornal que acredita que possa lhe proporcionar informação, não desinformação. Comecem a deixar jornal encalhar nas bancas, as pessoas cancelarem suas assinaturas etc. para ver se não começa a forçar uma mudança de cultura.

Vai demorar, mas é o processo, porque a empresa não vai mudar. A empresa pode dizer o que ela quiser, porque, no final das contas, é negócio. Se o negócio começa a ser afetado, ela vai fazer o movimento que tiver que fazer para melhorar o negócio.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, Marcelo.

Quero registrar a presença do Deputado Delegado Protógenes.



Antes de encerrarmos com a Socorro, quero passar a palavra ao nosso Deputado para que ele possa também fazer as suas considerações sobre o tema.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Presidente Perpétua Almeida, sempre brilhando nesses eventos na Comissão de Relações Exteriores, eventos marcantes na pauta da Câmara dos Deputados e no País, faço um apelo a V.Exa. para que estenda o tema Oriente Médio para além desse calendário único; que façamos ainda outros debates a respeito do Oriente Médio em vários segmentos.

É importante a contribuição do Brasil nessa relação estabelecida entre o Brasil e o Oriente Médio, que se fortaleceu na gestão do Presidente Lula. Inegavelmente, Lula foi o Presidente que mais contribuiu com essa aproximação, até para nós, ocidentais, entendermos a cultura, o desenvolvimento e a política do povo do Oriente Médio.

Eu tive uma experiência que todos aqui sabem. Eu estive próximo de ir para Líbia no período da guerra — o Samy se recorda disso, e outros aqui, também —, isso a convite de um grupo de trabalho que queria participar e integrar uma mediação do conflito. Estabelecemos contatos tanto com o grupo dos rebeldes quanto com o grupo do próprio Kadafi. Alguns integrantes, inclusive, acabaram morrendo depois. Nós ficamos represados na Tunísia, em Túnis. E, curiosamente, os dois grupos queriam a paz. Os dois grupos não queriam estender essa relação de guerra.

Havia forças internacionais, que até então nós não identificamos, mas nós identificamos segmentos da imprensa cultuando o ódio, porque o que era retratado em algumas mídias locais, que trazia algum ponto de verdade naquele conflito, não era a realidade trazida pela imprensa internacional. A imprensa internacional trazia ou incitava cada vez mais o ódio e fomentava cada vez mais a discórdia dos dois grupos. Curiosamente, nós tivemos até um pouco desse conteúdo com a participação da imprensa internacional, da Al-Jazira, que é do próprio Oriente Médio, nesse conflito. Aquilo nos surpreendeu. Será que foi contaminado por essa grande mídia que não traduz, muitas vezes, a realidade de conflitos ou até mesmo de boas notícias?



Eu digo isso porque eu estava lá. Eu assisti à televisão local, na Tunísia, e assisti aos vários veículos de comunicação. Inclusive fazíamos essa contextualização com os grupos em conflito. Era um conflito tribal, histórico, que interessava a outros segmentos internacionais, principalmente os Estados Unidos, em manter esse conflito, em dar outro direcionamento a esse conflito.

Eu estive — e depois vou fazer a pergunta — recentemente em Israel, em Tel Aviv, Marcelo e Samy. Fui a convite do Governo de Israel.

Só tive problema na entrada. Mesmo com o passaporte diplomático, eles queriam saber por que eu estava com o visto da Líbia no período da guerra. Então, eu só tive que dar uma explicação, mas entrei em Israel. Enfim, fiz todo o protocolo em Tel Aviv e em outras cidades e participei um pouco do cotidiano não só de Tel Aviv como também do solo sagrado muito importante para o mundo, que é Jerusalém.

O que eu percebi é que a imprensa local e a imprensa internacional não retratam esse cotidiano pacífico de Israel. Desculpem-me, mas não retrata! Ninguém retrata! Alguém aqui que não foi a Tel Aviv vai se surpreender quando uma mesquita, uma das mais bonitas que eu vi, fica na beira-mar. Alguns vão se surpreender ao ver que há ali uma convivência entre muçulmanos, entre judeus, cristãos, mas a maioria é muçulmana. Há aquele estresse normal, em razão de historicamente existir essa diversidade cultural ética e religiosa mas, no plano da convivência, ali eu vi famílias muçulmanas fazendo seu lazer no lado judeu, como eu vi família judia também no lado muçulmano sem ter nenhum conflito.

Isso me surpreendeu, porque as notícias que a imprensa nos fornece é que há um conflito permanente em toda parte de Israel, até na Faixa de Gaza, aonde também eu fui.

Muito me decepcionou a altura daquele muro, porque eu achei um absurdo aquilo. “Ah, mas é necessário em razão...”, dizem. Não, aquilo eu acho um desrespeito, me desculpem. Mas a imprensa não trata aquilo como um desrespeito. Eu acho aquilo *apartheid*, mas nem a imprensa internacional nem a imprensa brasileira tratam dessa forma. Também não sei por quê.

Aí está o que o Marcelo falou, que eu captei muito bem: a cultura do ódio, e muito vezes na imprensa o que vai vender é o sangue. O que vende o jornal e a



revista é o sangue. Não é a boa notícia, não é? O que essa boa notícia vai trazer de novidade? Eu tenho que trazer a exceção para ter o furo. E o furo é morrer lá o prefeito assassinado por outro palestino ou o próprio episódio que houve lá, o homicídio do Yitzhak Rabin, também, naquela praça. Era um líder que tratava todos na maior normalidade que existia daquele convívio social.

Há historicamente extremistas em todo e qualquer segmento social. Não é só entre os muçulmanos que há extremistas. Desculpem-me, mas há extremistas em todos os segmentos sociais. E nós temos que saber conviver com isso e trazer a cultura da paz e não a do ódio. Eu não vejo a imprensa internacional...

Até eu leio *Folha de S. Paulo*. Já disse no *Programa Roda Viva*, quando participei: “*Eu me pauto pela Folha de S. Paulo*”. Quando um jornalista estava me atacando lá, eu disse: “*Eu estou te estranhando*”.

Hoje não temos um jornal que tenha uma pauta fixa. Temos que pegar determinados assuntos e nos servir de determinadas notícias de vários veículos porque, se pegarmos apenas uma notícia, talvez fiquemos mal informados e tomemos posições diferentes da realidade.

Então, eu posso dizer ao Samy, que é um excelente correspondente da *Folha de S. Paulo* em Teerã, jornalista respeitado, que o trabalho que ele na *Folha de S. Paulo* não corresponde à realidade de Teerã; tenta corresponder. Pelo que eu leio, está distante. Será que é o trabalho do Samy ou será que o seu editor não permite e filtra essas matérias?

Eu tenho prova de que filtra. Eu tenho prova. Se vocês quiserem, a Operação Satiagraha está lá, cheio de provas. (*Risos.*) Cheio de provas. (*Risos.*) É que ninguém divulgou isso. *Globo, Folha de S. Paulo, Estadão...* Eu falo de editoriais, editores, de como funciona. Está lá. Não sou eu que... São vocês! São os próprios jornalistas que construíram esse triste episódio.

Hoje temos a realidade do Jamil Chade, que é correspondente em Genebra, cujas matérias no *Estadão* são maravilhosas! Eu conheço o Jamil pessoalmente. Encontrei com ele. Maravilhosas! Ele consegue. E é o *Estadão*. O *Estadão* também é outro palco de desinformação da realidade do Oriente Médio.

Então, nós, infelizmente, não temos aqui nenhum órgão de imprensa hoje que traduza a realidade e o cotidiano, a importância do povo árabe, do povo muçulmano.



Não temos uma imprensa que traduza essa realidade, que traduza a verdade. Não temos. É isso que eu indago dos senhores. Por que isso? A quem interessa isso? Qual a pressão que, dentro de um órgão de imprensa, pode flexibilizar esse seu olhar, Samy, lá de Teerã, a respeito dessas questões?

Na Líbia, se foi justa ou injusta a saída do Kadafi, não estou aqui para dizer. Acho que é justa a saída, a troca de poder, mas a todo tempo ele queria uma eleição, ele queria um plebiscito. Ele não queria morrer. Tanto que os rebeldes também não queriam matar! Mas não se deixava o plebiscito existir. Tinha que mudar o governo? Tinha que mudar. Havia muita violência? Havia muita violência. Havia algumas coisas difíceis dentro da Líbia? Havia. Mas o que foi construído durante esse período tribal daquele regime, que culturalmente era aceito dentro do Oriente Médio e respeitado, não foi divulgado. Só divulgavam que tinha arma química.

Agora se divulga que o Presidente Ahmadinejad tem obsessão por arma nuclear, para ir para o conflito nuclear. Será que isso é verdade? Creio que não. O interesse do Irã é ser reconhecido como uma nação como todas as outras e ser respeitado dentro do Oriente Médio e pelo Ocidente com a sua cultura, com as suas peculiaridades e com suas tradições.

Então, por que ocorre isso, meus dois jornalistas, um analista e outro correspondente? (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, Deputado Protógenes.

Vamos passar a palavra à nossa querida Socorro. No final, voltamos, por 2 minutos, para os nossos jornalistas responderem ao Deputado.

Com a palavra a Presidente Socorro Gomes.

A SRA. SOCORRO GOMES - Vou começar pela pergunta da Patrícia e sua declaração.

Primeiro, eu me baseio em uma resolução que a própria ONU aprovou, considerando o sionismo como racismo, como regime de *apartheid* e, depois, por pressão de Israel, voltou atrás anos depois. O CEBRAPAZ, organização à qual pertença, e todos que atuam pela causa palestina aqui no Brasil, não tem nada contra os judeus, de forma alguma, nem contra a existência do Estado de



Israel. Agora, não podemos aceitar o uso da religião, como se fossem predestinados por Deus, para ocuparem um território, invadir...

A SRA. PATRÍCIA TOLMASQUIM - Só corrigir, porque eu não falei em judeus. Eu falei em israelenses.

A SRA. SOCORRO GOMES - Não. Eu estou falando dos judeus...

A SRA. PATRÍCIA TOLMASQUIM - É, mas eu não falei em judeus. Eu falei em israelenses.

A SRA. SOCORRO GOMES - Sim, perfeito. Eu que estou falando.

Israel utiliza a religião — isso que é o sionismo — para impor pela força a expulsão do povo palestino com o único objetivo imperialista de saquear água, território, plantio, de impedir...

(Não identificado) - Acho que as palavras não incitam!

A SRA. SOCORRO GOMES - Eu estou respondendo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Não, não! Ninguém atrapalha! Se você quiser usar a palavra, você vai usar. Você pode pedir. Depois, você usa. Certo? Não vamos atrapalhar. Se quiser se inscrever, levante o braço e eu o inscrevo.

A SRA. SOCORRO GOMES - Estou respondendo a uma pergunta.

Defendemos a existência de dois Estados e não concordamos... Achamos que Israel, ali, contra o povo palestino, comete crimes contra a humanidade e que deveria ser julgado e punido.

Não podemos fugir da verdade! Não sou jornalista, não sou Parlamentar. Eu defendo aqui a causa da paz, e devemos dizer quem são os responsáveis! No meu entendimento, os principais responsáveis ali no Oriente Médio pelos conflitos e pela falta de paz se chamam Estados Unidos e Israel, que é um Estado que provoca a instabilidade e que tem as armas nucleares.

É evidente que nós precisamos buscar a paz! E a paz precisa, em primeiro lugar, de que todos tenham consciência do que provoca a guerra. Não de convir todos aqui que a resolução da ONU propunha e determinou dois Estados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SOCORRO GOMES - Não estou falando com o senhor, por favor!



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Não, não! O senhor não vai atrapalhar de novo. O senhor terá a oportunidade, se quiser se inscrever, mas não atrapalhe mais. O senhor pode se inscrever. Ainda estou lhe dando essa opção, mas não atrapalhe!

A SRA. SOCORRO GOMES - Dois Estados: um Estado vingou, que é o Estado de Israel. E por que não o Estado da Palestina? Porque não foi possível pela intimidação, pela chantagem, pelo terrorismo de Estado, pelo *checkpoint*, pelos assassinatos em massa e pelas prisões. Hoje há mais de 10 mil palestinos presos, inclusive mulheres e crianças!

Isso é responsabilidade de quem? Do governo de Israel, que é um governo sionista, sim!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SOCORRO GOMES - A outra questão é sobre o Bahá'í. Primeiro, nós defendemos a solidariedade, que é um valor nobre da humanidade. Devemos nos preocupar com todos no mundo. Então, não disse que não devemos! Devemos nos preocupar e prestar solidariedade a todos que são agredidos. O princípio da não ingerência é que nenhum Estado, nenhuma nação pode invadir ou interferir na vida de outro país. Não podemos fazer isso. E para isso existe a ONU. Mesmo qualquer medida de força, só se aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU, em situação extrema e para conter uma agressão. Então é nesse sentido. Quanto à solidariedade, é um valor evoluído, e nós devemos cultivar o amor à justiça, à verdade, à solidariedade e à amizade entre os povos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, Socorro.

Eu queria conceder a palavra ao rapaz que queria falar.

(Não identificado) - Ele foi embora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Ah, ele saiu.

Antes de encerrar...

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Extremista, não? *(Risos.)*
(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - O Deputado Delegado Protógenes tinha feito uma pergunta, acho que para um dos jornalistas, não é isso?

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Para os dois.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Para os dois. Vamos conceder três minutos para cada um dos senhores.

O SR. MARCELO RECH - Bom, a sua pergunta é por que a cobertura é do jeito que é. Eu entendo que a cobertura é do jeito que é porque tem o fator econômico, que é o que pesa. Agora, volto ao que falei anteriormente: como é que se muda isso? Não tenho aqui nenhum mandato para falar em nome de nenhum jornal mas, como analista, eu acho que a decisão da *Folha de S.Paulo* de ter um correspondente no Irã e de ter um correspondente em Israel é um passo concreto para começarmos a mudar isso, pelo menos do ponto de vista do leitor brasileiro, porque hoje já existe a opção de se ler material produzido por brasileiros nesta região. Até há muito pouco tempo, a única opção que se tinha eram as agências europeias, norte-americanas, enfim, e hoje nós já temos essa opção.

Acredito que ainda há muito para se fazer, e todos sabemos que há o que se fazer, mas aí voltamos à história do jornalismo de paz, aquela história do copo meio cheio ou do copo meio vazio: vamos maximizar a importância desse gesto, e não minimizar; vamos olhar para o lado positivo disso. Esse passo foi dado, se nós consideramos que há uma crise econômica que atinge todos os setores, e com as empresas jornalísticas não é diferente. Manter correspondentes no exterior é algo caríssimo, difícil, complicado, complexo. No entanto, outros veículos estão mantendo. Alguns, por algumas razões, preferem ter correspondentes em Buenos Aires, olham talvez para o Cone Sul ou para a vizinhança como algo muito mais importante, estratégico, enfim, têm os seus interesses e por isso decidem como fazer. Nós estamos discutindo Oriente Médio e temos um grande jornal, que tem dois grandes profissionais nos países que são os mais antagônicos da região. Esse ponto eu já considero extremamente positivo. Há muito que se fazer ainda, obviamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Marcelo.

Agora o Samy.

O SR. SAMY ADGHIRNI - Deputado, nós conversamos quando o senhor estava prestes a embarcar para a Tunísia, e de lá o senhor seguiria caminho até à Líbia.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SAMY ADGHIRNI - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - *(Fora do microfone)* Eu dei sorte porque a OTAN bombardeou um dia antes. Senão, eu não estava aqui.

O SR. SAMI ADGHIRNI - Eu tive que entrar clandestinamente. Eu entrei pelo sul, acabei indo para a Líbia dias depois de conversar com o senhor.

Também vou defender mais uma vez aqui a cobertura pontual do assunto Oriente Médio. Não posso falar em nome da cobertura que é feita nessa cidade, que também é a minha cidade.

A minha primeira matéria nessa terceira ida à Líbia, que foi a terceira e última, foi para mostrar como os rebeldes estavam maltratando imigrantes africanos, da África Subsaariana, mão-de-obra barata, dócil, pelo simples pressuposto de que africanos subsaarianos eram pró-Kadafi. Então, essas pessoas, com seus filhos, mulheres, crianças, estavam sendo trancadas em salas apertadas, trinta, quarenta pessoas, naquele calor sufocante do mês de agosto. Isso mostra o quê? Não tem bonzinho na história. Numa guerra, não tem bonzinho.

De fato, boa parte da cobertura da chamada mídia ocidental não faz sempre o esforço que deveria de... Isenção é difícil, mas de pelo menos apresentar o outro lado da história, porque sempre há várias narrativas sobre o mesmo fato. Se nós dois presenciarmos um atropelamento na rua, o meu relato vai ser diferente do relato que o senhor fizer sobre esse mesmo fato. A *Folha*, inclusive, em editoriais, criticou os chamados rebeldes líbios.

Então é uma questão filosófica. A verdade não é unívoca e monolítica. A verdade é sempre algo sujeito a discussão. Nós estamos aqui no campo da Filosofia, estamos debatendo ideias e conceitos, mas a verdade nunca é uma só.

Para pegar um caso simples: o conflito Israel/Palestina. Eu estive lá também há muitos anos, e não dá para negar que há duas verdades, há duas situações que são dificilmente conciliáveis. Se nós deixarmos de lado os extremistas, tanto de um lado como do outro, os dois lados vão ter argumentos justos, argumentos legais, políticos, morais.

Então é sempre muito difícil. Nós nos esforçamos, Deputado, e sempre vamos estar sujeitos a críticas. Felizmente, num país livre como o Brasil, nós



podemos discutir isso nesse clima. Mas é difícil. É difícil. Como eu disse aqui, a imprensa não está aqui para agradar. Então o nosso trabalho sempre vai ser contestado.

Em relação — e vou fechar o meu raciocínio com isso — ao meu trabalho de correspondente no Irã, o senhor citou a Operação Satiagraha. O senhor pode investigar também as trocas de e-mails minhas com a diretoria da *Folha*, os telefonemas: o que eu mando é publicado. Às vezes eu reclamo do espaço, porque é cortado; eu me empolgo, mando uma matéria achando que vão dar capa, uma página, e acaba saindo um tiquinho, mas, o que saiu, eu escrevi. E pelo fato talvez de eu estar numa região do mundo que é complicada etc., eu tenho carta branca para definir as pautas e para tratá-las do meu jeito. Mas, enfim, viva a discussão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Samy.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Só um registro, Presidente, se me permite. Aquilo que o Marcelo falou, então, ficou muito claro: o fator econômico é determinante para a publicização da realidade dos povos.

Então, esse é um crime que a imprensa nacional e internacional faz conosco, faz com a civilização atual. Eu acho que tem que remodelar. Eu acho que não tem que esperar a opinião pública. As pessoas têm que ter ética, têm que ter responsabilidade com quem está nascendo agora nos países, que não tem culpa dessa triste realidade, dessa mentira que é divulgada diariamente.

É tão complicado entender essa imprensa nos modelos atuais! Eu estou saudosista da imprensa de há cem anos. Eu já vou além: da do século passado. A própria *Globo*, as Organizações Globo... Eu passei material para o *Estadão*, para a *Folha de S.Paulo*, para a *Globo* e, por incrível que pareça, o conteúdo que saía melhor retratando a realidade do conflito na Líbia era da *Globo*. E dizem que a *Globo* é pró-Israel, é sionista. Vá entender um negócio desses... A *Rede Globo* foi a que melhor retratou, naquela ocasião, os dados que eu passei. E a situação era tão preocupante, na época, de acirramento do conflito, que é que nem gasolina na fogueira.

Eu estive na Embaixada do Brasil em Túnis, e estava recém-chegado o embaixador da Líbia, e ele estava morando em Trípoli, morava em Trípoli já há quatro anos, e ele falou o seguinte: “*Eu não estou entendendo o embaixador*



brasileiro; eu não estou entendendo o porquê do acirramento desse conflito se na capital, em Trípoli, nós discutíamos e nós queríamos lá...” e quando ele diz “nós” é que o povo com o qual ele se relacionava queria o plebiscito. “Eu não estou entendendo por que a imprensa não fala, não realça a necessidade de haver a renovação do poder de uma forma pacífica e democrática dentro da Líbia”. O poder tinha que ser passado de forma violenta, nos mesmos moldes do que aconteceu no Iraque, e sempre sobre o mesmo modelo, o critério é o mesmo: armas químicas, poder atômico, para depois se apropriar das riquezas, sem nenhuma justificativa. E fica por isso mesmo.

Quer dizer, cadê a imprensa noticiando o crime contra a humanidade, o genocídio que é praticado nessas invasões? Cadê a imprensa falando disso? Ninguém fala. Tem medo, sei lá o que há. Mas aí está determinado, pelo que o jornalista Marcelo falou: é o poder econômico.

Gostei da sua franqueza Marcelo, agora dá para entender.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Delegado Protógenes.

Só lembrando que a nossa ideia também nessa questão de diálogos do Brasil no mundo é colocar outros temas semanalmente na Comissão. E um dos temas que nos interessa muito discutir e debater tem sido a defesa do Brasil, especialmente da Presidenta Dilma, com relação à responsabilidade de proteger.

Os argumentos de se intervir em alguns países para a proteção de populações civis, a Presidenta Dilma, com a política externa brasileira, tem feito a defesa no sentido de tem que ter muita responsabilidade ao se proteger. Ela inclusive, numa das suas falas, usou o argumento de que se estão intervindo em algumas nações com a desculpa ou com o argumento de que é para proteger civis e se estão matando mais civis do que os conflitos existentes.

Então, nós vamos também fazer esse debate em algum momento sobre a responsabilidade em se proteger; que é a responsabilidade para com os cidadãos civis, que não têm absolutamente nada a ver com os conflitos que estão acontecendo aí pelo mundo afora.

Quero dizer para os senhores que a nossa Mesa agora à tarde foi transmitida ao vivo pela Internet, a Mesa da manhã também, e a partir de amanhã já vai estar no



site da Comissão o vídeo de cada uma das falas. Lembro que, pela manhã, um dos temas da Mesa Redonda foi *A Política Externa do Brasil para o Oriente Médio*, sobre o qual falou Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, Cesario Melantonio; estava aqui também, e ainda permanece conosco, o Prof. Hussein, que falou sobre *Primavera Árabe e as Alterações Geopolíticas na Região*; estava aqui ainda o Thiago de Aragão, que é consultor e estrategista internacional e falou sobre *As Empresas Brasileiras no Oriente Médio*.

Quero agradecer muito a presença aos senhores. Caso tenham deixado aqui cartões, endereços ou e-mails, nós os convidaremos para os próximos eventos da Comissão.

A ideia é fazer novas audiências públicas e diálogos com mesas redondas como esta, com a participação da sociedade. Queremos encerrar os trabalhos da Comissão este ano com um grande evento sobre defesa nacional, o debate acerca do Livro Branco e a importância do fortalecimento da indústria de defesa nacional para o Brasil.

Muito obrigada a todos pela participação. (*Palmas.*)